

Relatório Nacional

Desafios e possibilidades dos atores da sociedade civil em participarem dos processos nacionais e internacionais de negociação e tomada de decisão no campo do enfrentamento às mudanças climáticas

Um panorama da atuação da sociedade civil brasileira

(Versão preliminar)

Plataforma Global dos Cidadãos – Brasil
Instituto para o Desenvolvimento da Cooperação e Relações Internacionais

São Paulo – Novembro de 2009

Índice

APRESENTAÇÃO

CAP.1 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL: o debate e a articulação com a agenda internacional

CAP.2 - ATORES E INICIATIVAS NO BRASIL

CAP.3 – PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA COP-15

CAP.4 – COMENTÁRIOS FINAIS: desafios para a sociedade civil brasileira

METODOLOGIA DE PESQUISA

BIBLIOGRAFIA E FONTES CONSULTADAS

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta a pesquisa feita pela Plataforma Global dos Cidadãos no Brasil (CGP-Brasil) sobre o panorama da atuação da sociedade civil brasileira no campo das mudanças climáticas.

Pesquisas semelhantes a esta foram feitas simultaneamente na Índia, Tanzânia e Finlândia, sob a coordenação geral da Plataforma Global dos Cidadãos finlandesa (CGP-Finlândia), com o objetivo de apresentar um panorama geral das perspectivas e desafios de participação efetiva das organizações da sociedade civil no campo das mudanças climáticas, tanto nos âmbitos nacionais, como nos Fóruns e espaços internacionais de negociação.

A pesquisa brasileira foi realizada entre junho e novembro de 2009, sob a coordenação do Instituto para o Desenvolvimento da Cooperação e Relações Internacionais (IDECRI).

O presente relatório faz uma contextualização sobre a ação coordenada das organizações sociais brasileiras no que diz respeito ao tema das mudanças climáticas e sobre a articulação das diversas iniciativas brasileiras (organizações, redes, movimentos) com as iniciativas e negociações em âmbito internacional. Em seguida, apresenta-se um panorama geral das principais organizações sociais e redes brasileiras que atuam hoje em torno do tema das mudanças climáticas. A partir deste panorama, como estamos em meio à realização da Conferência das Partes da Convenção de Mudanças Climáticas em Copenhague (COP-15)¹, faz-se uma breve análise sobre a participação de parte desses atores nas negociações e agendas paralelas discutidas ao longo da Conferência. E por fim, faz-se uma reflexão sobre as potencialidades e desafios que se colocam hoje para a sociedade civil brasileira na mobilização em torno do tema e da agenda das mudanças climáticas.

¹ COP É a sigla em inglês para a Conferência das Partes. É a assembléia ou instância máxima de um tratado internacional, sendo o órgão em que se delibera o aprofundamento e conseqüências da Convenção. A CoP da Convenção de Mudanças Climáticas é realizada anualmente desde 1995.

CAP.1 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL: O DEBATE E A ARTICULAÇÃO COM A AGENDA INTERNACIONAL

Ainda que o Brasil tenha sediado a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), a Rio-92, e que, à época, organizações da sociedade civil brasileira tenham se mobilizado para estar presentes e atuantes no evento, tomando parte do debate ali desenvolvido, esta atuação era consideravelmente tímida e teve pouca repercussão nacional. É possível afirmar que até meados dos anos 1990, a questão das mudanças climáticas era tema discutido por poucos. O debate encontrava-se restrito a círculos pouco expressivos do governo federal e a instituições científicas e técnicas. Até 1997, à ocasião da assinatura do Protocolo de Quioto, as mudanças climáticas mobilizavam pouca participação da sociedade civil brasileira.

Inserida neste contexto, a principal articulação da sociedade civil brasileira que trabalha com a questão das mudanças climáticas é o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), em especial o Grupo de Trabalho sobre Clima que compõe sua estrutura. Criado em 1992, o Grupo de Trabalho tornou-se a célula nacional da Climate Action Network e, como veremos, tem papel importante na informação e mobilização da sociedade civil brasileira no que diz respeito às mudanças climáticas. O Fórum e o GT Clima, especificamente, reúne grande parte das organizações mais atuantes na mobilização e no debate sobre o tema no Brasil. Estas organizações estão mapeadas e descritas no capítulo 2 deste estudo.

É também no âmbito do FBOMS que se dá uma importante iniciativa da sociedade civil brasileira no que se refere à mobilização para a 15ª Conferência das Partes da Convenção Quadro da ONU de Mudanças do Clima em Copenhague, em dezembro de 2009: a Global Campaign for Climate Action – Brasil e a Campanha Tic Tac.

Outra articulação importante, o Observatório do Clima, foi criada em 2002 para mobilizar a sociedade civil organizada brasileira em torno de questões referentes ao MDL e ao desmatamento de florestas. Mais adiante, veremos que sua criação coincide com a crescente repercussão que o tema das mudanças climáticas ganha no Brasil a partir do final dos anos 1990.

A assinatura do Protocolo de Quioto, em 1997, sua entrada em vigor, em 2005, e a divulgação do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC, em 2007, podem ser considerados marcos importantes neste processo, a partir dos quais a questão das mudanças climáticas ganhou mais visibilidade determinado um maior envolvimento da sociedade civil brasileira.

É daí em diante que outros setores da sociedade civil, como ONGs envolvidas com temas como o consumo consciente e a agricultura familiar, movimentos sociais, populações

indígenas e sindicatos, se interessam pela temática das mudanças climáticas e, ainda que possuam pouca informação sobre o regime de clima, desempenham papel importante ao aumentar a pressão sobre o governo para que este participe de maneira construtiva das negociações internacionais sobre mudanças climáticas e trabalhe para o fortalecimento do regime de clima global.

A Década de 1990

O FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, principal articulação de entidades da sociedade civil brasileira envolvidas com o tema das mudanças climáticas, foi criado em 1990 para viabilizar a participação da sociedade civil brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), a Rio-92. Desempenhou papel ativo e relevante neste momento: integrou a Comissão Interministerial de Meio Ambiente (CIMA), encarregada da produção do documento do governo brasileiro apresentado à Conferência, foi responsável pela publicação do relatório “Meio Ambiente e Desenvolvimento: Uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros” e participou da organização do Fórum Global 92 e do International NGO Forum (INGOF) – eventos realizados paralelamente à Rio-92 com o objetivo de reunir a sociedade civil organizada.

Dentre as entidades e movimentos membros do FBOMS à época do Fórum Global 92, destacaram-se nos debates grandes organizações como o Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, a SOS Mata Atlântica e o Greenpeace Brasil; e movimentos sociais pela preservação da região amazônica.

Ainda em 1992, cria-se a Rede Clima Brasil, ligada ao Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento. Criada por iniciativa do Vitae Civilis e da Furpa (Fundação Rio Parnaíba) no âmbito do FBOMS, a Rede Clima Brasil pretendia ser o equivalente brasileiro à Rede de ONGs Latino-Americanas de Mudança de Clima (RELAC).

Este momento marca a primeira ação coordenada das entidades brasileiras no que diz respeito às questões ambientais. No entanto, o Vitae Civilis, em estudo de 2008, afirma que é recente o envolvimento de entidades e movimentos sociais brasileiros com o tema da mudança climática. O estudo aponta que apenas a partir do final dos anos 1990 a mudança climática se consolida como tema da agenda da sociedade civil brasileira, tornando-se, em especial, instrumento importante no debate já estabelecido a respeito de desmatamento. A assinatura do Protocolo de Quioto, em 1997, sua entrada em vigor, em 2005, e a divulgação do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC, em 2007, podem ser considerados marcos importantes neste processo, a partir dos quais a questão das mudanças climáticas ganhou mais visibilidade determinado um maior envolvimento da sociedade civil brasileira.

A 7ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro da ONU de Mudanças do Clima em Marrakech, realizada em 2002, também representa papel importante no que se refere à crescente repercussão da questão das mudanças climáticas no Brasil. O debate sobre o uso do MDL para a conservação de florestas, que marcou a COP7 e é tema especialmente sensível para o Brasil, fez com que muitas organizações sociais brasileiras preocupadas com o desmatamento passassem a tomar parte no debate sobre mudanças climáticas.

A pesquisa de opinião “O que as lideranças brasileiras pensam sobre as mudanças climáticas e o engajamento do Brasil”, realizada pelo ISER – Instituto de Estudos da Religião em 2008, parece confirmar esta conclusão: a análise dos resultados da pesquisa aponta que, ainda que o tema das mudanças climáticas estivesse presente na pauta das lideranças brasileiras desde a Rio-92, a questão assume relevância no plano nacional nos últimos cinco anos. O Protocolo de Quioto, em 2005, o Relatório Stern e o Quarto Relatório de Avaliação do IPCC, ambos divulgados em 2007, são citados como momentos que marcam a sensibilização das lideranças brasileiras à questão das mudanças climáticas.

Os anos 2000

Em 2000, a Rede Clima Brasil foi reformulada e redesenhada; constituiu-se a partir dela o Grupo de Trabalho sobre mudanças climáticas, também no âmbito do FBOMS. A rede passou a se chamar GT Clima, compondo com outros grupos de trabalho a atual estrutura do FBOMS. A articulação reúne hoje 33 organizações não-governamentais dos mais variados perfis. Participam grandes entidades, como o Greenpeace e a WWF Brasil, e pequenas ONGs, como a Associação Potiguar dos Amigos da Natureza.

De acordo com o Vitae Civilis, atualmente responsável pela coordenação do GT Clima, o Grupo de Trabalho, que se reúne duas vezes ao ano, funciona desde 2004 como a célula nacional da Climate Action Network (CAN) e, nos últimos anos, vem pressionando o governo brasileiro por meio de cartas, relatórios de posição e reuniões com o objetivo de garantir o desenvolvimento e implementação de políticas nacionais que estejam de acordo com os regimes internacionais. O Grupo de Trabalho busca, no limite, o avanço do país no que diz respeito aos seus compromissos e contribuições.

Atualmente, o GT Clima é composto por 33 entidades: Ação Popular APONG/PR; Assembléia Permanente de Entidades do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro – APEDEMA; Associação Alternativa Terrazul; Associação Nascente das Águas Puras – ANAP; Associação Potiguar dos Amigos da Natureza – ASPOAN; Centro de Estudos e Práticas de Educação Popular - CEPEPO/FAOR; Coalizão Rios Vivos; Comissão de Meio Ambiente da CUT/SP; Contato Agência Aquariana; Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE; Fórum de Debates de Energia de Rondônia – FOREN; Fundação Águas do Piauí – Funaguas; GESTA – UFMG; Greenpeace Brasil; Grupo de Entidades Ambientistas da Bahia – GAMBA; Grupo de Recomposição Ambiental - GERMEN/BA; Grupo de Trabalho Amazônico –

GTA; Instituto Ambiental Vidágua; Instituto Ambiental/CE; Instituto de Estudos Ambientais - Mater Natura; Instituto de Pesquisa Ambiental – IPAM; Instituto Ipanema; Instituto Terra de Preservação Ambiental; ISAN; Instituto População, Sociedade e Natureza – IPSN; Movimento de Ecologia Social - Os Verdes; Núcleo Amigos da Terra – RS; Pangea – Associação Ambientalista Internacional; Sociedade Angrense de Proteção Ecológica – Sapê; Sócios da Natureza/SC; Sindicato dos Trabalhadores Petroleiros - SINDIPETROS/SP; Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz; WWF Brasil.

Durante aproximadamente uma década, as únicas articulações reunindo entidades da sociedade civil brasileira envolvidas com as mudanças climáticas foram o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento e o GT Clima. Ainda hoje, o GT Clima e o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento se constituem como principal espaço de diálogo da sociedade civil brasileira organizada quando se fala em mudança climática. O FBOMS é, inclusive, reconhecido pelo governo brasileiro como um parceiro importante, um espaço privilegiado para o diálogo com a sociedade civil sobre as mudanças climáticas, e lhe é concedida representação em diversas reuniões das instâncias governamentais responsáveis pelas tomadas de decisão no que tange à política ambiental brasileira.

No entanto, o início dos anos 2000, como vimos, foram marcados por eventos que conferiram maior visibilidade ao tema. É este contexto que define a criação de novas articulações relevantes no que diz respeito à atuação da sociedade civil brasileira em torno do tema das mudanças climáticas.

Dentre tais organizações, a mais importante é o Observatório do Clima. Criado em 2002, em meio ao debate que permeou a COP7, o Observatório do Clima surgiu como uma articulação de organizações não-governamentais inseridas, em especial, na discussão a respeito do uso de MDL para a conservação das florestas. O Observatório teve suas atividades interrompidas por aproximadamente três anos. Atualmente, no entanto, foi reativado, expandiu seu escopo de ação e configura-se como uma aliança de entidades importante, cuja atuação é cada vez mais expressiva e relevante.

Recentemente, outro movimento relevante no que se refere à mobilização da sociedade civil brasileira em torno das questões das mudanças de climáticas pode ser notado: vários estados criaram seus fóruns para fomentar o debate sobre iniciativas e programas que tratam das mudanças climáticas, congregando governo, o setor privado, a academia e a sociedade civil. Estes espaços de diálogo são canais importantes, e existem, atualmente, aproximadamente 10 fóruns estaduais sobre mudança de clima. Dentre estes, destacam-se: o Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade – criado em fevereiro de 2005; o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais – criado em maio de 2005; o Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade – criado em junho de 2005; o Fórum Mineiro de Mudanças Climáticas Globais – criado em junho de 2005; o

Fórum Capixaba de Mudanças Climáticas e Uso Racional da Água – criado em abril de 2006; o Fórum Estadual de Mudanças Climáticas Globais e Biodiversidade do Tocantins – criado em abril de 2007; o Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas – criado em abril de 2007; o Fórum Estadual de Mudanças Climáticas e Combate à Pobreza do Piauí – criado em abril de 2007; o Fórum Rio de Mudanças Climáticas Globais – criado em maio de 2007; e o Fórum Gaúcho de Mudanças Climáticas – criado em junho de 2007.

No bojo deste processo, cresceu o interesse pelo tema das mudanças climáticas em diversos setores da sociedade civil brasileira. Organizações que defendem a agricultura familiar, entidades preocupadas com o consumo consciente, movimentos sociais, populações indígenas e sindicatos, por exemplo, passaram a tomar parte no debate sobre o tema. Muitas destas organizações, no entanto, possuem pouca informação sobre o regime de clima e encontram dificuldades, portanto, em desenvolver uma ação mais sistemática em torno do tema, para além de suas próprias agendas específicas.

Um dentre os muitos desafios atuais para que tenhamos uma atuação mais eficiente da sociedade civil brasileira no que diz respeito às mudanças climáticas é a qualificação e a capacitação das organizações sociais e seus representantes para que estes possam tomar parte no debate sobre o regime global de clima.

Mapeando as principais entidades envolvidas com o tema hoje

É possível afirmar que quase todas as entidades e movimentos sociais envolvidos atualmente com a questão das mudanças climáticas encontram-se nos quadros de membros das duas importantes articulações apresentadas acima: o GT Clima e o Observatório do Clima. Grandes entidades internacionais presentes no Brasil, como o Greenpeace, a WWF e a OXFAM, têm papel de destaque nos debates e atividades desenvolvidas no âmbito de tais espaços de diálogo; no entanto, organizações brasileiras, de diferentes perfis e portes, também desempenham papel relevante.

No que diz respeito aos contornos que o debate sobre mudanças climáticas assume hoje no Brasil, pode-se afirmar que o clima aparece, geralmente, associado à questão do desmatamento, que compõe tema tradicional da agenda da sociedade civil brasileira. Os Amigos da Terra; o IMAZON; a SOS Mata Atlântica; o INPE; o Instituto Socioambiental; o Centro Vida, o IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas; o Instituto Ambiental, o GTA – Grupo de Trabalho Amazônico e a Aliança Povos da Floresta são algumas das entidades que encabeçam esta discussão no plano nacional.

Organizações de menor porte também merecem menção por sua contribuição para o debate nacional, dentre as quais a Vidágua, a Ação Popular APONG/PR; a Assembléia Permanente de Entidades do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro – APEDEMA; a Associação Potiguar dos Amigos da Natureza – ASPOAN e os Sócios da Natureza.

Há ainda as entidades envolvidas não só com a política climática nacional, mas também com o desenvolvimento do debate no plano internacional, acompanhando as negociações no âmbito da UNFCCC. Dentre estas, destacam-se - além de entidades internacionais como o Greenpeace, a WWF Brasil e a OXFAM - o Vitae Civilis e o IPAM.

O Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, atual coordenador do GT Clima, é uma das entidades brasileiras mais ativas no que diz respeito às mudanças climáticas. Envolvida desde os anos 1990 com a política nacional e internacional para o clima, a organização acompanha desde a CoP-3, em Quioto, as negociações internacionais. Tal qual Vitae Civilis, o IPAM – Instituto de Pesquisa Ambientam para a Amazônia, fundado em 1995 e preocupado com a questão da conservação das florestas, além de pautar o debate nacional sobre o clima, acompanha as negociações no âmbito da UNFCCC.

No entanto, o debate atual sobre mudanças climáticas não se restringe às questões ligadas às florestas. Outros três eixos do debate podem ser identificados: a questão da redução das emissões de carbono, que implica na discussão do desenvolvimento de tecnologias limpas e sustentáveis de produção de energia; a questão das adaptações necessária aos impactos resultantes das mudanças impostas pela alteração do clima e da assistência a populações vulneráveis; e a questão das mudanças nos padrões de produção e consumo.

Neste sentido, algumas entidades destacam-se ao lidar com as mudanças climáticas não atuando diretamente com a questão do desmatamento. A atuação da organização não-governamental FASE, inserida no debate sobre populações vulneráveis, é um exemplo e merece atenção. Criada em 1961 e preocupada com o desenvolvimento de modelos de desenvolvimento alternativos ao modelo neo-liberal, tem realizado trabalho importante ao defender os direitos de atingidos por eventos climáticos encampando o conceito de justiça ambiental. A FASE coordena a Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

Rumo à COP-15: Global Campaign for Climate Action e o Brasil

A mais recente e relevante articulação da sociedade civil organizada brasileira, no que diz respeito às mudanças climáticas, é a GCCA-BR, iniciativa brasileira ligada à GCCA - campanha global que visa sensibilizar os governos de todo o mundo para que a 15a Conferência das Partes da Convenção Quadro da ONU de Mudanças do Clima de Copenhague, em dezembro de 2009, represente um avanço decisivo no processo de enfrentamento das mudanças climáticas.

No âmbito do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), a mais importante articulação da sociedade civil brasileira no que diz respeito às mudanças climáticas, realizou-se em junho de 2009 a Reunião

“Mudanças de clima e a negociações internacionais para a COP-15: expectativas e propostas de organizações da sociedade civil brasileira”. O encontro, realizado pelo FBOMS em parceria com o Instituto Vitae Civilis e com base em consultas realizadas com integrantes do Grupo de Trabalho de Mudanças de Clima, ocorreu em Brasília. Foram convidadas todas as entidades e organizações sociais interessadas em discutir meios para promover apoio público para um resultado justo e equitativo da 15a Conferencia das Partes da Convenção Quadro da ONU de Mudanças do Clima, em Copenhague, dezembro de 2009. Em especial, debateu-se a articulação de iniciativas que pudessem contribuir para a sensibilização e a mobilização da opinião pública e demandar decisões apropriadas nas escalas global e nacional.

Nesta oportunidade, discutiu-se a criação de uma campanha brasileira associada à **Global Campaign for Climate Action**, campanha criada em 2006 como o resultado do diálogo de lideranças de diferentes setores da sociedade civil de vários países com o objetivo de articular iniciativas de centenas de organizações, locais, nacionais e internacionais. De caráter mundial, a **Global Campaign for Climate Action** vem sendo implementada em diversos países, a exemplo do Canadá, Japão, Polônia e Índia.

Global Campaign for Climate Action

A campanha **Global Campaign for Climate Action**, criada em 2006, tem por objetivo articular e mobilizar a opinião pública de modo a fomentar o apoio a processos de transformação e ação rápida para “salvar o planeta dos perigosos níveis de mudança climática”². A campanha visa criar um processo permanente de sensibilização que envolva toda a sociedade civil, não apenas entidades ambientalistas. Inicialmente, no entanto, a campanha visa a construção de um acordo justo e equitativo CoP-15.

Em 2007, criou-se o Conselho Internacional da **Global Campaign for Climate Action**, bem como grupos de trabalho que lidam com a implementação da campanha e com as estratégias de diálogo e incidência política nas negociações. O conselho e os grupos de trabalho da GCCA são compostos por pessoas oriundas de organizações da sociedade civil de diversos países, que atuam em diversos campos, como meio ambiente, direitos humanos, erradicação da pobreza, povos indígenas, movimentos sindicais, juventude, educação, diálogo inter-religioso etc. O brasileiro Rubens Born, diretor do Instituto Vitae Civilis e coordenador do Grupo de Trabalho Clima do FBOMS, integra o Conselho internacional GCCA.

Trata-se, enfim, de uma grande articulação de ações descentralizadas, mas coordenadas. Há a intenção declarada de implementar iniciativas globais valorizando, simultaneamente,

² FONTE-confirmar

oportunidades, características e contextos socioculturais locais e experiências das organizações engajadas no processo.

Global Campaign for Climate Action e o Brasil: a GCCA-BR

Realizado em 1 e 2 de junho de 2009, o encontro “Mudanças de clima e a negociações internacionais para a CoP-15: expectativas e propostas de organizações da sociedade civil brasileira”, realizado pelo FBOMS e pelo Instituto Vitae Civilis, contou com a presença de mais de 50 representantes e lideranças de movimentos sociais, ONGs, redes da sociedade civil, organizações religiosas. Dentre as entidades presentes, estavam representadas: IDECRI, RENAJU, CTB – Bahia, ANDI, Imazon, Terra dos Direitos, REJUMA, Argonautas, IBASE, OFXAM, CASA, MST, WWF, Rede Brasil de Jornalismo Ambiental, CONTAG, ASPOAN, Avaaz, Sociedade do Sol, INESC, APEDEMA, Instituto Diversidade, IDEC, ISER, FASE, Terrazul e Fundação Heinrich Böll.

O objetivo do encontro foi discutir a possibilidade de uma campanha brasileira, associada à campanha global GCCA, capaz de promover o engajamento da sociedade no processo da CoP-15. Neste primeiro momento, estabeleceu-se que a campanha brasileira teria por objetivo geral facilitar o engajamento e compreensão de posições de ONGs e movimentos sociais para as negociações internacionais de mudança de clima no âmbito da CoP-15. Quanto aos objetivos específicos, a campanha visaria facilitar o diálogo e a articulação de contribuições, propostas e posições de grupos da sociedade civil para o aprimoramento do regime multilateral de mudança de clima no processo de negociações até a CoP-15. Por fim, esta campanha permitiria articular iniciativas de cunho global e nacional para demandar de países chaves, especialmente do Brasil, posturas e propostas para o sucesso do avanço do regime multilateral na CoP-15.

Ao final deste encontro, ficou acertada a criação de uma campanha brasileira ligada à GCCA, a GCCA-BR, desenhada para 1) influenciar processo da CoP-15 e ao mesmo tempo ampliar sensibilização e engajamento dos diversos públicos com relação às mudanças climáticas; 2) influenciar negociadores e posições do governo do Brasil e de outros países nas negociações internacionais no sentido de compromissos profundos de redução de emissões de gases de efeito estufa, e ao mesmo tempo apresentar para os diversos públicos o que isso implica em termos de oportunidades, ganhos e perdas para o desenvolvimento sustentável local; 3) contribuir e estar harmonizado com a campanha global; 4) realçar vozes e faces dos afetados pelas mudanças de clima localmente e associar desafios locais de adaptação e mitigação com as negociações internacionais e resultados da CoP-15; 5) contribuir para a alteração do modelo de desenvolvimento, no Brasil e no planeta, e fazer avançar as medidas e políticas de mitigação e adaptação às mudanças de clima; e 6) realçar aspectos de justiça, equidade e urgência nas alternativas para mitigar e adaptar-se às mudanças de clima, mas demandar responsabilidade e efetividade de ações daqueles que são os maiores causadores da crise climática, tanto no plano internacional como nacional.

Para tanto, constituiu-se uma pequena equipe cuja função seria facilitar a operacionalização da campanha brasileira e a divulgação de seus resultados e definiu-se uma agenda de mobilização e ações. Foram também criados grupos de trabalho para pensar uma campanha brasileira, cujo maior desafio estava em associar desafios e problemas locais com os desafios globais da crise climática, buscando imagens e uma linguagem brasileiras.

Em 3 de julho, ocorreu, em São Paulo, a primeira reunião do Conselho Consultivo da campanha brasileira de clima (GCCA-BR). Acordou-se, nesta oportunidade, que a condução da GCCA-BR seria realizada por um Grupo de Coordenação (GC), tendo sob suas ordens uma Coordenação Executiva (CE) e contando com um Conselho Consultivo (CC) para apoio e orientação de suas iniciativas.

As atividades da CE e do GC contariam também com o apoio de Grupos de Trabalho (GTs): GT Conteúdo e Articulação; GT Mobilização e GT Comunicação. Dentre as entidades cujos representantes compõem os Grupos de Trabalho, estão: Vitae Civilis, FBOMS, Ibase, Inesc, ISER, FGEB, Sociedade do Sol, Terra de Direitos, Avaaz, FASE, WWF, Sócios da Natureza, CTB, ASPOAN, OXFAN, Terrazul, Movimento Nossa São Paulo, APEDEMA – RJ, IDEC, Rejuma, CASA, Instituto Diversidade, COEP, Rede Mata Atlântica, GTA, Rede Ambiental do Piauí – REAPI, Argonautas, Artigo 19, ANDI, Fundação Heinrich Böel e Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental – REBIA.

A respeito do Conselho Consultivo, definiu-se: “O Conselho Consultivo da GCCA-BR tem como objetivo dar subsídios para decisões do Grupo de Coordenação da GCCA-BR, além de facilitar o estabelecimento de vínculos com outros segmentos da sociedade e emprestar credibilidade à Campanha. Seus membros são escolhidos ou como representantes das organizações participantes da GCCA Internacional no Brasil, ou como pessoas físicas com destacada capacidade de contribuir para estes objetivos”. Os membros atuais deste Conselho são: Cristiane Fontes, Fabio Feldmann, Gabriela Barbosa Batista, Graziela Tanaka (AVAAZ), Iara Pietricovsky, Carlos Rittl e Regina Cavini (WWF), Katia Maia (OXFAM), Kjeld Jakobsen, Lisa Gunn, Marcelo Furtado (GREENPEACE), Rubens Born (Vitae Civilis) e Rubens Gomes.

Sobre o Grupo de Coordenação, definiu-se que “O Grupo de Coordenação (GC) é formado por membros do Conselho Consultivo com disponibilidade para se dedicar mais diretamente à GCCA-BR, e funcionará como uma instância de decisão e consulta mais ágil, respaldando as ações da Coordenação Executiva (CE)”.

Enfim, para a Coordenação Executiva (CE) da GCCA-BR, foi designada a equipe: Coordenação geral: Rubens Harry Born, Coordenador-Executivo: Aron Belinky, Apoio à Coordenação: Esther Neuhaus, Apoio administrativo: Danny Rivian e Marcelo Cardoso.

Foi acordado, ainda, que uma “carta de princípios” seria elaborada, contendo os elementos essenciais da campanha, numa linguagem clara e acessível.

Plataforma mínima e objetivos brasileiros

Apos a primeira reunião do Conselho Consultivo da campanha brasileira de clima (GCCA-BR), em julho de 2009, o objetivo da campanha foi redefinido. Sua nova formulação expressa de forma clara a tensão que permeia a relação sociedade civil organizada brasileira/Estado brasileiro no que diz respeito às negociações internacionais sobre mudanças climáticas. Abandonou-se o texto sobre a sensibilização e mobilização da sociedade e adotou-se, em tom bastante objetivo, uma nova redação que fala explicitamente da intenção de pressionar o governo brasileiro: “Objetivo: Conseguir do governo brasileiro um posicionamento mais firme e ousado na CoP15, tanto assumindo compromissos concretos, quanto ampliando sua posição de liderança positiva, propondo ações e metas ambiciosas, vinculantes e conseqüentes, alinhadas com os mais recentes conhecimentos científicos e com os interesses estratégicos de longo prazo do Brasil e do Mundo.”³

Neste momento, a GCCA-BR ganhou também uma “plataforma mínima”, afinada com as diretrizes da GCCA:

- 1) criar um novo marco internacional, garantindo que o aquecimento global ficará bem abaixo dos 2o C em relação à média da era pré-industrial;
- 2) estabelecer metas e mecanismos para que, antes de 2020, se inicie a trajetória descendente das emissões globais de gases do efeito-estufa;
- 3) estabelecer metas ambiciosas e rígidas de redução de emissões de gases do efeito-estufa pelos países desenvolvidos, garantindo, no máximo até 2020 a redução de pelo menos 40% das suas emissões, em relação aos níveis de 1990;
- 4) fomentar uma redução substancial na curva de crescimento de emissões dos países em desenvolvimento, inclusive com o estabelecimento de objetivos mensuráveis e medidas nacionais apropriadas para os mesmos;
- 5) estabelecer legalmente mecanismos financeiros para viabilizar a redução de emissões e programas da adaptação nos países em desenvolvimento, para atender as áreas e comunidades mais vulneráveis às mudanças climáticas;

³ FONTE-confirmar

6) aprovar a criação de soluções e mecanismos de REDD (Redução das Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal) capazes de estimular e recompensar os países tropicais pela redução do desmatamento e das emissões a ele associadas, e pela conservação florestal em seus territórios, de forma justa e que assegurem direitos de populações indígenas e tradicionais e que sejam consistentes com a sustentabilidade do desenvolvimento humano; e

7) adotar medidas e políticas, em diversas escalas, que promovam a sustentabilidade e dignidade do desenvolvimento humano e a integridade dos processos ecológicos essenciais, mediante a transformação da economia e o fortalecimento da democracia.

A Campanha Tic Tac

Em agosto de 2009, no dia 29, a GCCA lançou mundialmente a Campanha TckTckTck, uma contagem regressiva de 100 dias para a COP-15. No Brasil, a GCCA-BR lançou campanha semelhante, sob o nome Campanha Tic Tac.

Para o lançamento brasileiro, a GCCA-BR convidou a todos para um dia de mobilização, o “Dia de Ação pelo Clima: 100 dias para Copenhague”. No dia 29 de agosto de 2009, em 8 capitais do país, foram inaugurados grandes relógios - com 3 metros de altura - com um “painel TicTac” marcando a contagem regressiva para a CoP 15. O Greenpeace Brasil coordenou a produção das ações e dos relógios, amplamente divulgada na imprensa brasileira.

Ainda em agosto de 2009, ocorreu o lançamento do site brasileiro da campanha GCCA-BR e da Campanha Tic Tac: www.tictactictac.org.br. No site, estão disponíveis informações sobre a campanha, sua visão e missão, a estrutura de funcionamento, os contatos da coordenação e últimas notícias da campanha global e brasileira.

No âmbito da Campanha Tic Tac, a GCCA-BR estabeleceu três eixos de ação: 1) a criação de um logotipo para a Campanha Tic Tac e a disseminação deste logotipo, tornando-o um ícone do desejo por ações concretas e imediatas pelo clima; 2) a adesão à iniciativa da GCCA de realizar um abaixo-assinado global por ações pelo clima em Copenhague que dê visibilidade à mobilização e as demandas reunidas na campanha global; 3) a realização de ações públicas, mundialmente articuladas e simultâneas, focadas em três dias de ação (29/08; 21/09 e 24/10) e durante a COP15 (7 a 18/12/09).

Quanto às ações públicas, o primeiro dia de ação foi o dia 29 de agosto de 2009. Como mencionado, este dia marcou o lançamento mundial da Campanha TckTckTck e o lançamento brasileiro da Campanha Tic Tac. Foram inaugurados relógios em todo o país, marcando a contagem regressiva para a COP 15. O segundo dia de ação, 21 de setembro, antecedeu a Assembléia Geral da ONU, a reunião do G20 sobre clima e a reunião de Bangkok

(preparatória da COP15). Iniciativas chamando a atenção para tais eventos internacionais importantes, conectadas ainda com atividades do Dia Mundial sem Carros, foram realizadas pela GCCA-BR. Dentre tais iniciativas, ocorreram “bicicletadas”, caminhadas e outras manifestações com foco na redução de emissões de gases de efeito estufa. O terceiro dia de ação, por sua vez, se deu em 24 de outubro de 2009. Promovidas pela GCCA global em coordenação com ação global promovida pela ONG 350.org, as atividades de mobilização, no Brasil e no mundo, buscaram unir a sociedade civil em torno do número 359 - limite de concentração de carbono na atmosfera que o mundo deve, segundo a GCCA e a 350.org, adotar para evitar uma catástrofe ambiental, medido em partes por milhão.

A GCCA-BR prevê ainda a realização de atividades de mobilização durante a Conferência do Clima em Copenhague.

CAP.2 - ATORES E INICIATIVAS NO BRASIL

Este capítulo pretende identificar os principais atores da sociedade civil no Brasil que têm trabalhado com a questão das mudanças climáticas, destacando o o tipo de cooperação e alianças elas têm entre si ou com outras redes nacionais se internacionais

Ao identificar tais atores, e descrever brevemente o foco de sua atuação no campo das mudanças climáticas, assim como de suas articulações com iniciativas nacionais e internacionais, pretende-se desenhar um panorama que dê subsídios para uma análise posterior sobre o estado da arte do trabalho neste campo no Brasil.

Nesse sentido, destacamos nas fichas técnicas sobre cada uma das organizações e redes, as seguintes informações:

- a) Missão e atuação: quem são essas organizações e redes e o que elas fazem, em linhas gerais;
- b) Participação em redes: que tipo de cooperação elas têm com outras organizações no Brasil e de que redes nacionais e internacionais elas participam, no campo das mudanças climáticas.
- c) Atuação no campo das mudanças climáticas: identificar e descrever o foco da atuação desta organização na sua abordagem com relação às mudanças climáticas.

Nome: Greenpeace

Fundação/início das atividades no Brasil: 1992

Missão/atuação:

O Greenpeace é uma organização global e independente que atua para defender o meio ambiente e promover a paz, inspirando as pessoas a mudarem atitudes e comportamentos. Investigando, expondo e confrontando crimes ambientais, desafiamos os tomadores de decisão a reverem suas posições e mudarem seus conceitos. Também defendemos soluções economicamente viáveis e socialmente justas, que ofereçam esperança para esta e para as futuras gerações.

O Greenpeace trabalha de forma única, incentivando e mostrando os caminhos para a mudança. Não é uma instituição de pesquisa, política ou de conservação. O Greenpeace entra em ação para expor algum crime ambiental ou para apontar um caminho que garanta a sustentabilidade do planeta. Nós trabalhamos para mobilizar pessoas e incentivá-las a mudarem suas atitudes e seus comportamentos. Para alcançar esses objetivos, o Greenpeace:

Investiga: O trabalho investigativo do Greenpeace começa quando há alguma agressão ao meio ambiente. Somos uma organização experiente em levantar dados e analisá-los. Esta característica nos dá autoridade e credibilidade para divulgar nossas descobertas.

Denuncia: Após a investigação, nós divulgamos nossos resultados e expomos os responsáveis pela agressão. O Greenpeace também alerta a população sobre os todos os problemas relacionados a esta agressão, traçando um cenário do que está acontecendo, quais são as consequências e como é possível solucionar este problema.

Confronta: O Greenpeace tem diversas formas de confronto não-violento. Dependendo da gravidade da agressão e do agente, nós optamos por confrontá-lo de forma diferente. Os confrontos podem ser: ações diretas, comunicações diretas ou protestos. O confronto é uma forma de colocar o Greenpeace no local da agressão pessoalmente. Os ativistas do Greenpeace se arriscam para garantir a presença da organização no local.

Inspira: Nós acreditamos que as mudanças só podem ser realizadas quando um grupo de pessoas muda o seu comportamento e assume sua responsabilidade por proteger o planeta. A nossa atuação pretende inspirar as pessoas a agirem para causar mudanças transformadoras na forma como nossa sociedade produz e consome os recursos naturais. O Greenpeace inspira as pessoas para defender o meio ambiente e promover a paz.

Propõe soluções: Ao denunciar um problema, o Greenpeace sempre propõe uma forma de solucioná-lo, com alternativas economicamente viáveis e socialmente justas.

Escopo de atuação: Internacional

Participação em redes:

Membro do FBOMS, membro da Campanha Tic Tac e da GCCA-BR. Membro do Observatório do Clima e do GT Clima.

Atuação no campo das mudanças climáticas:

O Greenpeace tem atuação muito relevante no tema de mudanças climáticas no Brasil. Está presente nas reuniões promovidas pelo Governo brasileiro, procurando influenciar sua tomada de decisão; atua junto à sociedade civil organizada, buscando qualificá-la para o debate; e age junto à sociedade brasileira promovendo campanhas para a mobilização social em torno do tema.

O tema do desmatamento e da questão amazônica tem status privilegiado dentro do Greenpeace Brasil, mas a entidade também está envolvida nos debates a respeito dos oceanos, da energia e da produção de alimentos, em especial a produção de alimentos transgênicos. Todas essas frentes de trabalho fazem do Greenpeace Brasil uma entidade importante no debate brasileiro sobre mudanças climáticas.

A entidade está, atualmente, envolvida no debate das negociações internacionais sobre o clima no Brasil, rumo à COP 15, realizando uma série de intervenções públicas e integrando a Campanha Tic Tac. Além disso, promove a campanha Dia Mundial Sem Carro e uma série de ações que visam colocar o tema das mudanças climáticas na pauta do dia e influenciar a posição do Estado brasileiro nas negociações.

O Greenpeace ainda produz documentos importantes sobre o tema das mudanças climáticas, dentre os quais destacam-se o estudo sobre a dinâmica do desmatamento na região amazônica.

Para mostrar ao governo brasileiro e a toda a sociedade a gravidade das mudanças climáticas e como elas já afetam a vida de todos nós, o Greenpeace percorreu o Brasil para documentar os impactos do aquecimento global. Dezenas de entrevistas foram realizadas com vítimas dos fenômenos climáticos extremos, cada vez mais intensos e frequentes, e com cientistas que estudam as causas e consequências do aumento da temperatura na Terra. Resultado desse trabalho, o Greenpeace lançou em 2006 um relatório e um documentário que sintetizam o impacto do aquecimento global no Brasil. (<http://www.greenpeace.org.br/clima/filme/home/>)

Nome: WWF Brasil

Fundação/início das atividades no Brasil: Início de ações no Brasil em 1971, criação da WWF Brasil em 1996.

Missão/atuação:

O WWF-Brasil é uma organização não-governamental brasileira dedicada à conservação da natureza com os objetivos de harmonizar a atividade humana com a conservação da

biodiversidade e promover o uso racional dos recursos naturais em benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações. O WWF-Brasil, criado em 1996 e sediado em Brasília, desenvolve projetos em todo o país e integra a Rede WWF, a maior rede independente de conservação da natureza, com atuação em mais de 100 países e o apoio de cerca de 5 milhões de pessoas, incluindo associados e voluntários.

A missão da entidade é contribuir para que a sociedade brasileira conserve a natureza, harmonizando a atividade humana com a conservação da biodiversidade e com o uso racional dos recursos naturais, para o benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações.

Atualmente, o WWF-Brasil executa dezenas de projetos em parceria com ONGs regionais, universidades e órgãos governamentais. Desenvolve atividades de apoio à pesquisa, legislação e políticas públicas, educação ambiental e comunicação. Além disso, há também projetos de viabilização de unidades de conservação, por meio do estímulo a alternativas econômicas sustentáveis envolvendo e beneficiando comunidades locais.

Escopo de atuação: Internacional

Participação em redes:

Membro do FBOMS, membro do Observatório do Clima e do GT Clima, membro da Campanha Tic Tac e da GCCA-BR.

Atuação no campo das mudanças climáticas:

No que diz respeito às mudanças climáticas, a entidade desenvolve o programa Mudanças Climáticas e Energia. O WWF-Brasil e a rede WWF apóiam diversas soluções para impedir que a temperatura do planeta aumente ainda mais. Algumas delas são o Protocolo de Quioto e seus mecanismos e as convenções-quadro da ONU. Além disso, a rede WWF faz várias campanhas para que o mundo adote fontes de energias limpas e renováveis como hidrelétrica, eólica e outras. Área de atuação: Este programa é temático, portanto, atua de forma geral em relação tema no país.

O programa de Mudanças Climáticas e Energia do WWF-Brasil tem por objetivo propor ações de mitigação e adaptação, como o incentivo ao aumento de uso de energias renováveis e eficiência energética na matriz energética brasileira. Nesse sentido, o WWF publicou em 2006 o relatório “Agenda Elétrica Sustentável 2020: estudo de cenários para um 34 setor elétrico brasileiro eficiente, seguro e competitivo”. Durante a CoP-13, lançou o relatório 35 “Os ciclos viciosos da Amazônia: estiagem e queimadas na floresta estufa” . Divulgou recentemente um estudo preliminar sobre os riscos e oportunidades da expansão do etanol 36 no Brasil e também um levantamento, em parceria com IPAM, UFMG e Woods Hole Research Centre, sobre o potencial de reduções de carbono associado à implementação do programa 37 ARPA.

O programa Mudanças Climáticas e Energia engloba as seguintes ações: Hora do Planeta, Vote pelo Planeta, Testemunhas do Clima, Vídeos Pense de Novo, Pegada Ecológica, Casa Eficiente, Agenda Elétrica Sustentável

Está bastante envolvido com as negociações internacionais para o pós-2012 e, atualmente, no âmbito do projeto SNAPP - Desenvolvendo Propostas Nacionais para os Acordos de Clima do Pós-2012, que envolve Brasil, China, Índia e África do Sul, realiza uma pesquisa a ser finalizada em 2009 sobre desmatamento e clima e outra sobre energia e clima, focando as negociações internacionais para o período pós-2012. Além disso, o WWF-Brasil está implementando um estudo de vulnerabilidade na bacia pantaneira, com vários atores locais e desenvolve uma análise de vulnerabilidade do sistema elétrico para a geração de hidroeletricidade. Planeja também ações de REDD.

Nome: Amigos da Terra Brasil

Fundação/início das atividades no Brasil: Em 1970 iniciou atividades relacionadas à ecologia. Em 1998 a entidade adotou o nome Amigos da Terra Brasil.

Missão/atuação

O Núcleo Amigos da Terra Brasil (NAT/Brasil) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com sede em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que atua há mais de 40 anos na defesa do meio ambiente.

Como atua: Desenvolve programas, campanhas e projetos que combinam ações de resistência, mobilização e transformação. Os programas são eixos temáticos prioritários de atuação. As campanhas são ações conjunturais de união de esforços para responder a uma determinada demanda. Os projetos são os viabilizadores e sustentadores de um ou mais programas ou campanhas da organização.

Linhas estratégicas: Mobilização: Através de apoio a comunidades locais, da mobilização da opinião pública, e do apoio e participação em lutas sociais, políticas e ambientais. Resistência: Através de ações coletivas de resistência de base comunitária, ações diretas, manifestações públicas, de incidência e influência política e através da construção e participação em alianças estratégicas com movimentos e organizações sociais. Transformação: Através da conscientização, promoção e apoio a experiências existentes e novas iniciativas ou soluções, na construção e criação de novas estruturas, sistemas e processos democráticos e incidindo nos existentes; revivendo, criando e compartilhando sistemas de conhecimentos e saberes

Participação em redes:

Núcleo brasileiro da Friends of the Earths International. Membro do FBOMS. Membro do Observatório do Clima e do GT Clima.

Atuação no campo das mudanças climáticas:

No que diz respeito ao tema das mudanças climáticas, o Amigos da Terra Brasil empreende o programa Energia e Justiça Climática. O objetivo do programa é a pesquisa e disseminação de informações referentes ao tema de energia, com vistas à ampliação da participação democrática da sociedade na discussão e no planejamento de um futuro que vá ao encontro da visão de um outro mundo possível, com universalização do acesso à energia gerada e distribuída de forma eqüitativa e sustentável.

O programa está fundamentado no desenvolvimento de uma série de atividades em níveis local, nacional e internacional, focadas no acompanhamento e discussão de políticas e projetos de geração e distribuição de energia, considerando seus impactos sócio-ambientais e alternativas sustentáveis.

Em Porto Alegre, desde o início da sua execução em dezembro de 2000, o Núcleo Amigos da Terra Brasil criou e vêm fortalecendo uma rede de contatos e informações que reúne ONGs, pesquisadores e empresas que atuam no setor. Estes contatos tem impulsionado iniciativas, a participação ativa e conjunta em audiências públicas de grandes empreendimentos de geração de energia no sul do país e a realização de debates e seminários locais, assim como qualificado a participação dos Amigos da Terra em sua atuação no âmbito de fóruns de discussão sobre políticas públicas no setor, como nos Conselhos Estadual e Nacional do Meio Ambiente (CONSEMA e CONAMA).

A partir da crise energética anunciada em maio de 2001, considerando seus impactos na celeridade dos projetos de geração de energia de grande risco social e ambiental e no enfraquecimento da legislação vigente, os Amigos da Terra retomam, juntamente com outras entidades e movimentos da sociedade civil, o Grupo de Trabalho Energia, nos moldes do GT Energia do FBOMS, assumindo sua coordenação.

Ainda em nível nacional, os Amigos da Terra acompanham as principais discussões sobre o tema das mudanças climáticas, como membro do Observatório do Clima e do GT Clima do FBOMS.

As perspectivas de mudança na matriz energética brasileira, com o aumento do uso do gás, diesel, petróleo, resíduos asfálticos e carvão mineral em termelétricas, fez crescer ainda mais o interesse do grupo por este tema, e tem orientado sua participação e pesquisa sobre as causas do aquecimento global do planeta.

Nome: Instituto Socioambiental

Fundação/início das atividades no Brasil: 1994

Missão/atuação

Fundado em 22 de abril de 1994, o ISA incorporou o patrimônio material e imaterial de 15 anos de experiência do Programa Povos Indígenas no Brasil do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (PIB/CEDI) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) de Brasília. Ambas, organizações de atuação reconhecida nas questões dos direitos indígenas no Brasil.

No final dos anos 1980, uma série de fatos e processos marcaram um período de intensas interações entre diferentes segmentos organizados da sociedade civil brasileira, nas vertentes sociais e ambientais: o processo de formulação e aprovação dos direitos sociais coletivos e do meio ambiente na Constituição Federal (1987/88); a campanha da Aliança dos Povos da Floresta (1989); o Encontro dos Índios em Altamira (Pará) para protestar contra um grande plano oficial de aproveitamento hidrelétrico da Bacia do rio Xingu (1989) e a formação do Fórum Brasileiro de ONGs, Movimentos Sociais Preparatório para a Rio 92 (1990) e a própria Conferência das Nações Unidas (1992).

A missão da entidade é propor soluções de maneira integrada a questões sociais e ambientais, o ISA tem como objetivo principal defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos.

Participação em redes:

Membro do FBOMS, membro do Observatório do Clima.

Atuação no campo das mudanças climáticas:

O ISA começou recentemente atuar no campo das mudanças climáticas. Sua atuação mais relevante consiste em analisar o uso de instrumentos econômicos para a conservação com foco em mudanças climáticas e na redução do desmatamento.

Nome: Vitae Civilis

Fundação/início das atividades no Brasil: 1989

Missão/atuação

O Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz é uma organização não governamental (ONG), sem fins lucrativos, que tem como objetivo contribuir para a construção de sociedades sustentáveis, ou seja, sociedades que conciliam o desenvolvimento humano, em todas as suas dimensões (econômica, cultural, social, etc.) associado à conservação ambiental, tendo democracia e justiça social como base.

Fundado em 1989, na cidade de São Paulo, Brasil, o Instituto adotou o nome Vitae Civilis que significa (em latim) “para a sociedade civil”, indicando uma opção em servir ao fortalecimento da cidadania e das organizações da sociedade.

A missão da entidade consiste em “Promover o desenvolvimento sustentável por meio de apoio a elaboração e implementação participativa de políticas públicas integradas; gerar e disseminar conhecimento e práticas nas áreas de clima, energia, águas e de serviços ambientais; e fortalecer organizações e iniciativas de sociedade civil em tais áreas”.

Quanto às estratégias de ação, o Vitae Civilis se propõe a: promover o diálogo inter-setorial sobre políticas, economia e práticas individuais ou institucionais de importância para a sustentabilidade sócio-ambiental, realizar estudos, preferencialmente com metodologias participativas, para fundamentar melhor as ações para a sustentabilidade do desenvolvimento, fomentar e participar de parcerias para o estabelecimento de ações e iniciativas especiais de desenvolvimento sustentável, mediante a articulação, a capacitação e o fortalecimento de redes e organizações da sociedade civil, contribuir para o aprimoramento do controle público (governança) de instituições e políticas, públicas ou privadas, nas áreas temáticas de relevância dos programas do Vitae Civilis.

Para buscar maior eficácia e efetividade, o Vitae Civilis realiza seus trabalhos considerando, com base em visão sistêmica, iniciativas complementares e integradas nos campos do conhecimento humano, das políticas públicas e das práticas e ações de indivíduos e organizações. Para isto, o Vitae Civilis usa como fundamento estratégico o tripé de trabalho Política (pública), Pesquisa (pesquisa-ação) e Práticas (práticas demonstrativas):

- Para atuar em Políticas públicas, o Vitae Civilis prioriza a obtenção de conhecimentos por meio de pesquisa-ação e a promoção de práticas demonstrativas.

- Para desenvolver Práticas demonstrativas, o Vitae Civilis procura integrá-las a trabalhos de políticas públicas e a obtenção de conhecimento.;

- Por sua vez, a Pesquisa-ação é realizada para melhor qualificar a atuação do Instituto Vitae Civilis em políticas públicas e no desenvolvimento de práticas demonstrativas.

Em outras palavras os fundamentos estratégicos do Vitae Civilis correspondem aos esforços de ampliar e aprimorar Compromissos individuais e coletivos, Capacitação (desenvolvimento dos atores envolvidos) e Conhecimento.

Escopo de atuação: Nacional

Participação em redes:

Quanto às redes nacionais, o Vitae Civilis é membro do FBOMS, do CBH-SP (Fórum da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo), da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, da Rede Clima Brasil, da Rede Mata Atlântica, do Grupo Consultivo de Ecoturismo do Vale do Ribeira, da Rede Brasileira de Agenda 21, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, da RENOVE - Rede Nacional de Organizações da Sociedade Civil para as Energias Renováveis.

Quanto às redes internacionais, o Vitae Civilis é membro da CAN (Climate Action Network Internacional), da CAN-LA (Rede Latinoamericana de Mudanças Climáticas), da CURES

(Citizens United for Renewable Energy and Sustainability), da ELCI (Environmental Liaison Centre Internacional), da FAN (Freshwater Action Network), da GCAP - Global Call to Action Against Poverty, da RING (Regional Internacional Network Group), da RIO+10 (Iniciativa Dinamarquesa para a RIO+10), da Coalizão Rios Vivos, da RLB (Red Latinoamericana de Bosques) e da SUSWATCH (Sustainability Watch).

O Vitae Civilis ainda participa dos seguintes conselhos:

- CBH-AT (Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê)
- CBH-RB (Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape)
- CDS/ONU (Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU)
- CONSEMA-SP (Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo)
- CNRBMA (Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica)
- CPDS (Comissão Nacional de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21)
- CT-APRM - SL/AJ (Câmara Técnica da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais de São Lourenço e Alto Juquiá)
- FBMC (Fórum de Mudanças Climáticas)
- Forum Paulista de Mudanças Climáticas
- FSC (Forest Stewardship Council Internacional)
- PRONABIO/CONABIO (Comissão de Coordenação do Programa Nacional de Biodiversidade)

Há ainda alianças com parceiros locais. Fazem parte das alianças locais as associações de bairros, ONGs e até grupos informais que atuam no campo do desenvolvimento sustentável, que têm potencial de crescimento ou liderança estabelecida, mas necessitam de algum tipo de apoio técnico, institucional ou até recursos, especialmente financeiro, para fortalecer suas ações.

Membro da Campanha Tic Tac - GCCA-BR.

Atuação no campo das mudanças climáticas:

Quanto às mudanças climáticas, o Vitae Civilis desenvolve o programa Mudanças Climáticas e Energia. Com o intuito de contribuir para o enfrentamento global dos desafios associados às mudanças climáticas, o Vitae Civilis desenvolveu esse programa com o objetivo principal de colaborar na elaboração e implementação de políticas públicas, atividades econômicas, sistemas produtivos e hábitos de consumo que minimizem os impactos sociais e os efeitos perigosos de mudanças do sistema climático e valorizem energias renováveis.

O Vitae Civilis, desde 1990, os processos que envolvem tanto a política nacional quanto internacional de mudança do clima: é membro do FBMC, participa da Climate Action Network, coordenador do GT Clima/FBOMS, participou do GT sobre adaptação às mudanças climáticas do CONAMA, entre outros. É a organização não-governamental brasileira que há mais tempo acompanha e participa das negociações internacionais sobre mudança do clima e tem procurado, principalmente, desde a COP-3, em Quioto, informar o GT Clima e demais

interessados da sociedade civil brasileira sobre os acontecimentos nas rodadas de negociação.

Além disso, desde meados dos anos 1990, desenvolve atividades para fomentar o uso sustentável e a conservação da Mata Atlântica, evitando assim o desmatamento. Entre as iniciativas, destacam-se estudos sobre percepções locais de mecanismos de pagamento e compensações pela proteção de serviços ambientais, o fomento a iniciativas agroflorestais, de turismo sustentável e de extração de produtos não madeiráveis. Desde 2005, executa o projeto “Ecoturismo em São Lourenço da Serra: geração de renda e conservação ambiental” com o objetivo de gerar renda e emprego, envolvendo o desmatamento evitado na reserva privada de proteção à natureza Paiol Maria, como um exemplo de medida efetiva. Em parceria com o Earth Watch Institute, o Vitae Civilis tem recebido grupos de colaboradores do Banco HSBC no Paiol Maria no âmbito do Programa de Parcerias e Voluntariado em Mudanças do Clima (HSBC Climate Partnership), um programa ambiental global para responder às urgentes ameaças das mudanças climáticas em todo o mundo, que conta com ações de educação e treinamento, pesquisas e disseminação de informações viabilizadas por um conjunto amplo de parcerias, entre elas ONGs. Como representante da sociedade civil nos Comitês de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e Ribeira de Iguape, que abrangem a área de São Lourenço da Serra (SP), onde seu escritório está localizado, sua atuação na conservação de mananciais envolve o estabelecimento da conexão existente entre mudanças climáticas e recursos hídricos, trabalho que também é feito pelo Instituto Ipanema (RJ).

No âmbito do projeto Clima e Energia do Vitae Civilis, existe a iniciativa Cidades 39 Solares, em parceria com o Departamento Nacional de Aquecimento Solar da ABRAVA, que tem como objetivo principal incentivar a mobilização da sociedade no Brasil através de seminários que sensibilizem os poderes públicos municipais para a criação de leis de incentivo ao uso de aquecimento solar. A lei nº. 14.459/07 do município de São Paulo que prevê o aquecimento de água por energia solar nas novas edificações é um dos resultados desse esforço, que se espalhou pelo Brasil todo. Com o objetivo inicial de apoiar legislações em até 20 municípios, o projeto Cidades Solares logrou difundir propostas para mais de 60 cidades, e a ABRAVA estima que o crescimento do setor situa-se em torno de 30% ao ano por conta dessa iniciativa.

O Vitae Civilis está envolvido também em debates e iniciativas sobre o uso de critérios de sustentabilidade socioambiental na produção de biocombustíveis. Em parceria com a 40 organização Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, envolvida na Round Table on Sustainable Biofuels, formulou projeto para aprofundar no Brasil os diálogos sobre a sustentabilidade dos biocombustíveis, desde a produção até o consumo. Essa parceria gerou uma rede informal de organizações que, atualmente, conta com a participação do Imaflo, Ecoa, 4 Cantos do Mundo, Mater Natura, mas que pretende incorporar outras instituições. Essa iniciativa contribui para a mitigação das mudanças climáticas na medida em que busca criar condições de sustentabilidade para uma fonte de energia renovável e que

tem possibilidade de reduzir uma (pequena) parte das emissões globais de gases de efeito estufa, por um lado, e promover o debate sobre mobilidade sustentável, por outro lado.

Ainda sobre o tema biocombustíveis, em 2006, o Vitae Civilis em conjunto com o Núcleo Amigos da Terra Brasil (NAT-Brasil) produziu o estudo de caso “Em direção à 41 sustentabilidade da produção de etanol de cana de açúcar no Brasil”. Atualmente, o NAT-Brasil continua trabalhando com o tema biocombustíveis e energia muito relacionado ao conceito de justiça climática. Na semana do consumidor de 2008 (março), o Vitae Civilis lançou em conjunto com o 42 IDEC a campanha “Mude o consumo para não mudar o clima”, cujo objetivo é conscientizar o consumidor de que seus hábitos de consumo provocam impactos no planeta, oferecer alternativas para mudança de hábitos cotidianos e exigir de empresas e poder público ações efetivas para a mitigação das mudanças climáticas. No site da campanha é possível encontrar uma calculadora de emissões de carbono, um abaixo-assinado para o governo federal demandando políticas públicas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e também um cartão-postal para supermercados solicitando que a carne vendida no estabelecimento seja de gado rastreado e que não seja proveniente de áreas de desmatamento ilegal da Amazônia. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e seu envolvimento com o consumo sustentável é um exemplo de novos setores da sociedade civil que vêm se engajando com as mudanças climáticas.

A Fundação Grupo Esquel Brasil e a Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN) influenciam e monitoram políticas relacionadas à desertificação no Brasil, como o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN) e a Convenção da ONU de Combate à Desertificação (CCD) e são organizações que têm buscado integrar essa temática com as mudanças climáticas. Integram a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), rede que une ONGs, igrejas e movimentos sociais envolvidos com os desafios da qualidade de vida, desenvolvimento e prevenção da desertificação no semi-árido brasileiro. O Vitae Civilis buscou envolver entidades integrantes do Grupo de Desertificação da ASA no GT Clima.

Nome: FBOMS

Fundação/início das atividades no Brasil: 1990

Missão/atuação

O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) foi criado em 18 de junho de 1990, quando ocorreu o I Encontro (e fundação) do FBOMS em sala da Faculdade de Saúde Pública, USP, São Paulo.

A missão do Fórum é “A unificação entre as questões sócio-econômicas e ambientais na busca de um desenvolvimento sustentável, com a finalidade de atingir uma sociedade mais justa, equitativa e ambientalmente correta.”

Após a Rio-92, os membros do FBOMS decidiram por sua continuidade na perspectiva de consolidação do espaço de articulação existente. Desta forma, surgiram redes e grupos de trabalho para acompanhar e participar da implementação dos acordos da Rio-92 e seus desdobramentos, bem como, para promover a inserção do FBOMS na formulação de políticas públicas. Cabe destacar que o FBOMS desde a sua criação sempre conseguiu agregar tanto as organizações não-governamentais, na sua grande maioria de pequeno e médio porte, como também os movimentos sociais (sindicatos, populações tradicionais e indígenas, associações comunitárias, entre outros).

A atuação nacional inclui representantes FBOMS em Colegiados, presença em conferências nacionais, atuação junto à Instituições Financeiras Multilaterais, desenvolvimento do Projeto Acesso à Informação. A atuação internacional inclui a ação junto à Organização das Nações Unidas, ao Fórum Social Mundial e à Organização Mundial do Comércio.

Estrutura: Encontro Nacional, Conselho dos GTs, Coordenação Nacional, Escritório Brasília, Grupos de Trabalho, Entidades filiadas.

GTs do FBOMS: Agenda 21, Água, Clima, Comércio e Meio Ambiente, Direito Ambiental, Educação Ambiental, Energia, Florestas, Integração, Juventude, Químicos, Sociobiodiversidade, Turismo Sustentável, Novos GTs,

Quanto à relação com o Governo brasileiro, o FBOMS vem participando, por meio da sua coordenação e dos seus Grupos de Trabalho (GTs), do processo legislativo e das discussões sobre projetos de lei, tais como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, Lei de Patentes, Lei de Crimes Ambientais, Gestão Florestal, Política Nacional de Mudanças Climáticas e Biossegurança. Está presente em um grande número de Conselhos e instâncias de decisão, como a Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO), Comissão Nacional de Florestas (CONAFLO), Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Comissão Nacional para as Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS), Conselho Nacional de Saúde (CNS), e os membros do FBOMS fazem parte do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Em junho de 2005, um Acordo de Cooperação Técnica foi assinado entre o FBOMS e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) na área de licenciamento ambiental, fruto de longas discussões lideradas pelo GT Energia, e que é um passo importante no sentido da construção conjunta de mecanismo de monitoramento e aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental.

Relações internacionais: O FBOMS tem procurado estar representado em eventos internacionais relativos à implementação de compromissos ligados ao desenvolvimento sustentável, em reuniões da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU (CDS), em Conferências das Partes (COP) da Convenção da Biodiversidade e da Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas, e em reuniões internacionais de ONGs. O FBOMS se envolveu ativamente no processo da Rio+5 e na Comissão Interministerial da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (Rio+10). Participa também das reuniões da sociedade civil

organizada em paralelo às reuniões ministeriais da Organização Mundial do Comércio, como em Hong Kong em 2005. Em março de 2006, o FBOMS organizou o Fórum Global da Sociedade Civil “Bem-Vindo ao Mundo Real” durante a COP-8 da Convenção da Biodiversidade em Curitiba/Brasil, que contou com mais de 40 seminários e oficinas e teve 6000 participantes e visitantes.

Para o V Fórum Social Mundial, que foi realizado em janeiro de 2005 em Porto Alegre, o FBOMS integrou o COB - Comitê Organizador Brasileiro, e coordenou o seu Grupo de Trabalho Sustentabilidade e Meio Ambiente. Cabe salientar que o FBOMS sempre trabalhou conjuntamente com outros coletivos nacionais comprometidos com ideais que busquem a transformação socioambiental. No plano internacional, o FBOMS se articula com diversas alianças e redes regionais ou globais e é um dos coordenadores da Plataforma das Organizações Ambientistas da América Latina e Caribe, criado durante o Fórum Regional da Sociedade Civil convocado pelo Programa das Nações Unidas pelo Meio Ambiente (PNUMA). Em 2006, o FBOMS foi eleito membro do Comitê Diretor da Sociedade Civil Global no âmbito do PNUMA. Pela sociedade civil, o FBOMS também participa da coordenação das discussões atuais sobre a reforma do sistema Nações Unidas nas áreas do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Escopo de atuação: Nacional

Participação em redes:

Membro da Campanha Tic Tac - GCCA-BR.

Redes Nacionais

- Campanha Brasileira contra a ALCA/OMC
- Comitê Organizador Brasileiro do Fórum Social Mundial
- Fórum Nacional de Participação Popular
- Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais
- Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)
- Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP)
- Rede Jubileu Sul:

Redes Internacionais

- ASC - Aliança Social Continental
- CAN – Rede de Ação pelo Clima
- CURES – Cidadãos Unidos para Energia Renovável e Sustentabilidade
- FAN – Rede de Ação pela Água
- OWINFS - Campanha Nosso Mundo não está a Venda

Atuação no campo das mudanças climáticas:

Durante a Rio-92, surgiram várias redes dentro do FBOMS, como o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Rede Mata Atlântica (RMA) e a Rede Clima Brasil. Em 2000, após

reestruturação do FBOMS, a Rede Clima passou a se chamar Grupo de Trabalho de Mudanças de Clima (GT Clima) e, ao contrário de outras redes que saíram do Fórum, o GT Clima permaneceu no FBOMS porque houve consenso e determinação de sua coordenação de que a questão climática deveria ser abordada por outros GTs, como o GT Floresta e GT Energia, e que portanto uma de suas funções deveria ser a capacitação e engajamento de 26 demais ONGs e grupos no tema. Desde então, os membros do GT Clima se encontram duas vezes por ano e têm se dedicado a pressionar o governo brasileiro tanto nas negociações internacionais, quanto na política nacional.

O GT Clima/FBOMS funciona desde 2004 como a célula nacional da Climate Action Network (CAN) e desde sua fundação busca apoiar a criação e fortalecimento de ONGs e movimentos sociais que trabalham com temas relacionados às mudanças climáticas, como a proteção de florestas, desertificação, energia, etc., respeitando as realidades regionais. Nos últimos anos, o GT Clima tem pressionado o governo brasileiro, por meio de cartas, relatórios de posição e reuniões para desenvolver e implementar políticas nacionais que estejam de acordo com o regime de clima internacional e avancem com seus compromisso e contribuições. Entretanto, é necessário muito mais esforço para que a questão da mudança do clima se torne um fator determinante das políticas brasileiras e assegure seu espaço e visibilidade em importantes departamentos e agências.

Em novembro de 2007, o GT Clima lançou a publicação "Mudanças climáticas e o Brasil: Contribuições e diretrizes para incorporar questões de mudanças de clima em políticas 27 públicas" , cuja elaboração foi coordenada pelo Vitae Civilis e que apresenta sugestões de como trabalhar a questão de mitigação e adaptação às mudanças climáticas em políticas setoriais (locais, estaduais e nacional) no Brasil como, por exemplo, energia, transporte, gestão urbana, florestas e outras. Foi construído ao longo do ano de 2007 em reuniões presenciais do GT Clima e contou com contribuições de outros GTs do FBOMS e de outras redes de organizações da sociedade civil, como a REBRIP e a Rede Brasil, que há pouco tempo buscam trabalhar com o tema. No mesmo mês, FBOMS e Vitae Civilis apresentaram documento para o Presidente da República, em evento do FBMC e também para a Comissão Mista sobre Mudança de Clima do Congresso Nacional, além de enviá-lo para todos os ministérios do CIM, governos estaduais, prefeituras das capitais brasileiras, entre outros. Além disso, em maio de 2008, o GT Clima encaminhou sugestões ao Projeto de Lei que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, com base em versão preliminar 28 distribuída pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

O FBOMS é reconhecido pelo governo como um "interlocutor" e como um espaço central para o diálogo. Assim, em agosto de 2008, no âmbito do Projeto "Diálogos Setoriais: Contribuições à Construção do Plano Nacional sobre Mudança do Clima" do FBMC, o FBOMS 29 organizou a consulta às organizações não-governamentais e movimentos sociais

Fundação/início das atividades no Brasil: 1989

Missão/atuação

A ECOA é secretaria executiva da Coalizão Rios Vivos. É uma organização não-governamental brasileira, fundada em 1989, que atua na área socioambiental e tem como objetivo a promoção de ações em defesa da qualidade de vida e a preservação e conservação dos bens naturais. Atua localmente no Cerrado e Pantanal e desenvolve ações no âmbito nacional e internacional.

A missão da ECOA “promover ações para conservação do meio ambiente e desenvolvimento local, tendo sempre como aliado a seu trabalho a investigação científica e o conhecimento tradicional.”

A entidade associa investigação científica, trabalho de base, monitoramento de processos de degradação ambiental e social, dirigindo esforços para contribuir para desenvolvimento sustentável através da gradativa capacitação dos grupos locais. Desde sua criação promove e apóia campanhas pela criação de unidades de conservação e busca questionar e conquistar medidas de compensação para os grupos atingidos por mega-projetos com forte impacto ambiental. A comunicação socioambiental no Pantanal e Cerrado também é uma linha de atuação na Ecoa.

O fortalecimento da atuação e a multiplicação de resultados são feitos pelas parcerias com entidades de base, instituições de pesquisa, universidades e com a participação em coletivos como conselhos, fóruns e redes que se unem formando uma teia pela promoção da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

O principal eixo de trabalho da Ecoa foi o estudo preliminar "O Extrativismo e as populações tradicionais em Mato Grosso do Sul", finalizado em 1994. Até então, não existia qualquer levantamento ou estudo que identificasse os grupos que viviam da extração de recursos naturais neste Estado. Os dados levantados deram base para os projetos desenvolvidos com comunidades de pescadores, isqueiros, indígenas, assentados e fortaleceu parcerias com ONGs, instituições de pesquisa e ensino da região.

A equipe de pesquisadores, voluntários e técnicos vinculados à Ecoa dedicado ao estudo das populações tradicionais, indígenas e rurais, visando implantar alternativas de geração de renda que contemplem a preservação da identidade sociocultural e ambiental com sustentabilidade. Articular com outros grupos, identificar demandas de trabalho, promover a educação ambiental comunicar, realizar eventos, formular e acompanhar políticas públicas são outras áreas de atuação.

Escopo de atuação: Internacional

Participação em redes

Faz parte das coordenações da Rede Mata Atlântica e da Rede Cerrado. É conselheira do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e foi por duas vezes membro do Conselho

Nacional do Meio Ambiente (Conama). Em 2002, junto com vários parceiros, criou a Aguapé - Rede Pantanal de Educação Ambiental do Pantanal para fortalecer o trabalho de educadores e gestores na Bacia do Alto Paraguai.

É membro do GT Clima, do FBOMS.

É membro da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e o Ponto Focal do Comitê Holandês da IUCN para a bacia do rio da Prata. É a Secretária Executiva da Rede Pantanal de Ongs e Movimentos Sociais. É membro da coordenação da Articulação Frente a Infraestrutura e Energia na América do Sul, da Aliança Sistema Paraná Paraguai de Áreas Úmidas, da RedeBio e da Rede de Conhecimento sobre Bicombustíveis. Faz parte também do Conselho do Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) e outras redes nacionais e internacionais.

Lista dos Conselhos, Fóruns e Redes municipais, estaduais, nacionais e internacionais dos quais a entidade faz parte atualmente:

1. Abong - Associação Brasileira de organizações não-governamentais;
2. Aguapé - Rede Pantanal de Educação Ambiental;
3. Rede de Sementes do Pantanal;
4. Rede Agroflorestadores do Cerrado;
5. Aliança Rio Paraguai;
6. Conselho da Reserva da Biosfera do Pantanal;
7. Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente/MMA;
8. Conselho do Global Greengrants Fund (GGF-Brasil)
9. Conselho Estadual de Pesca do Mato Grosso do Sul;
10. Conselho Municipal de Meio Ambiente;
11. Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul;
12. Rede Brasil de ONGs;
13. Membro da coordenação da Rede Cerrado de ONGs;
14. Membro da coordenação da Rede de Ong's Mata Atlântica;
15. Rede Brasileira de Justiça Ambiental
16. Secretária executiva e membro da coordenação da Rede Pantanal de ONGs e Movimentos Sociais;
17. Secretária executiva e membro da coordenação da Coalizão Rios Vivos.
18. Comitê Holandês da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN NL),

Atuação no campo das mudanças climáticas:

A ECOA atua diretamente nas seguintes unidades ambientais: a bacia do Rio da Prata, o Sistema Paraguai – Paraná de Áreas Úmidas, o Cerrado e o Pantanal. As principais áreas de trabalho são desenvolvimento integral de comunidades, energia, infraestrutura e biocombustíveis..

Tendo estas linhas de trabalho como diretrizes, a ECOA tem tomado parte no debate brasileiro sobre mudanças climáticas.

A ECOA está envolvida em debates e iniciativas sobre o uso de critérios de sustentabilidade socioambiental na produção de biocombustíveis. Inserida deste debate, a ECOA integra o projeto encabeçado pelo Vitae Civilis para aprofundar no Brasil os diálogos sobre sustentabilidade dos biocombustíveis, desde a produção até o consumo. Essa parceria gerou uma rede informal de organizações que, atualmente, conta com a participação do Imaflora, Ecoa, 4 Cantos do Mundo e Mater Natura, mas que pretende incorporar outras instituições. Essa iniciativa contribui para a mitigação das mudanças climáticas na medida em que busca criar condições de sustentabilidade para uma fonte de energia renovável e que tem possibilidade de reduzir uma (pequena) parte das emissões globais de gases de efeito estufa, por um lado, e promover o debate sobre mobilidade sustentável, por outro lado.

Nome: Fundação OndAzul

Fundação/início das atividades no Brasil: 1990

Missão/atuação

A missão da OndAzul é “Promover o desenvolvimento sustentável, com ênfase nas águas brasileiras e ecossistemas associados, através de um diálogo permanente com os diversos setores da sociedade, da multiplicação de competência e da promoção do exercício da cidadania.”

A entidade concentra suas ações onde acredita poder atingir a um número maior de brasileiros, privilegiando a comunicação midiática e utilizando diferentes meios, a exemplo da TV, do Rádio e da Internet; realizando programas e valorizando novas linguagens, integrando mídias e atores sociais.

Com esta perspectiva, a OndAzul define como meta prioritária das suas ações estratégicas a implementação, nos próximos anos, de um vigoroso programa de comunicação, que amplie seu raio de atuação e contribua para o surgimento de uma nova atitude ambiental.

Estrutura: A direção da Fundação é constituída pelo Conselho Curador, Conselho Fiscal, pela Presidência da Fundação, composta do Presidente e do Vice-Presidente e apoiada administrativamente pelos cargos de Coordenadores Regionais. Além disso, compõem a estrutura da entidade o Instituidor - Gilberto Gil, Conselho Curador, Conselho Técnico e Científico, Conselho de criação, Membros fundadores.

Escopo de atuação: Nacional

Participação em redes:

- APEDEMA/BA - Assembléia Permanente de Entidades Ambientalistas da Bahia
- CEEA/BA - Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas
- CMAR/UICN - Comissão para a conservação dos ambientes marinhos e costeiros da União Mundial para a Conservação
- CNDS - Comissão Nacional da Agenda 21 e de Desenvolvimento Sustentável
- CNEA - Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas
- CONPARNA/CD - Conselho do Parque Nacional da Chapada da Diamantina
- CONSAGUA/RJ - Conselho Estadual de Gestão da Baía de Guanabara/Rio de Janeiro
- NEIA/CIA - Núcleo de Educação Ambiental do Centro Industrial de Aratu
- PCTS - Comissão para normatização técnica do Turismo Sustentável
- RENASA - Rede Nacional de Segurança Alimentar
- RENOVE - Rede Nacional para Energia Renovável
- RMA - Rede Mata Atlântica
- Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente
- Conselho Gestor da APA deTinharé-Boipeba
- Conselho Gestor da APA Joanes-Ipitanga
- Conselho Consultivo do Eco Bahia (Festival Internacional de Audiovisual Ambiental)
- Fórum Lixo e Cidadania
- Fórum Baiano de Mudanças Climáticas
- FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

Atuação no campo das mudanças climáticas:

A OndAzul promove o desenvolvimento sustentável e preocupa em especial com as águas brasileiras e ecossistemas associados. Com este foco, atua no campo das mudanças climáticas. É membro de fóruns estaduais de mudanças climáticas, como o Fórum Baiano de Mudanças Climáticas.

Nome: FASE e Rede Brasileira de Justiça Ambiental

Fundação/início das atividades no Brasil: 1961.

A Rede Brasileira de Justiça Ambiental, coordenada pela FASE, foi criada em 2001.

Missão/atuação

A FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Ao longo da década de 60, a FASE lançou as bases de um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo, mas o golpe de 64 fez com que estes rumos tivessem de

ser redefinidos. A resistência à ditadura e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser o foco principal da entidade.

A missão da FASE é “contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento sustentável.”

A FASE busca a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, a sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais, civis e políticos.

Recentemente, a FASE se lançou na atuação local, nacional e internacional com vistas a integrar redes, fóruns e plataformas, sempre visando derrotar as políticas de caráter neoliberal. No campo da promoção de seus princípios e da produção de conhecimento, a FASE realiza convênios com órgãos públicos, monitora projetos e faz parcerias com universidades. Os resultados destas ligações podem ser vistos em dezenas de publicações, na revista periódica Proposta, editada há quase 30 anos, e em seminários, cursos, palestras e campanhas realizadas pela instituição.

A FASE coordena a Rede Brasileira de Justiça Ambiental. A Rede Brasileira de Justiça Ambiental é uma articulação formada por representantes de movimentos sociais, ONGs, sindicatos e pesquisadores/as de todo o Brasil. Temos a preocupação de animar um pensamento e uma ação que articulem as lutas ambientais com as lutas por justiça social.

Ela foi criada em 2001 com o objetivo de combater a injustiça ambiental no Brasil. O conceito de injustiça ambiental define as situações onde a carga dos danos ambientais do desenvolvimento se concentra, de modo predominante, em locais onde vivem populações pobres. O conceito de injustiça ambiental denuncia, entre outras coisas, a lógica que define os locais onde serão instalados os grandes empreendimentos de mineração, as barragens das hidrelétricas, a passagem de linhas de transmissão de eletricidade, de oleodutos e outras obras, como depósito de lixo tóxico ou de resíduos químicos. Uma lógica que faz com que todos os efeitos nocivos do desenvolvimento recaiam sempre sobre as populações mais vulneráveis.

Considerando que o direito ambiental ainda é pouco reclamado no Brasil, graças ao baixo poder de decisão e mobilização dos grupos afetados, a criação dessa articulação tem por objetivo promover ações de denúncias, elaborar estratégias de ação entre os múltiplos atores de lutas ambientais e realizar um trabalho de pesquisa, divulgação e pressão política no sentido de inserir na agenda pública uma perspectiva de preservação ambiental que comece a ser pensada também em termos de distribuição e justiça.

A Rede Brasileira de Justiça Ambiental, coordenada pela FASE, é resultado do esforço de dezenas de entidades que compartilham a opinião de que o trabalho em redes e articulações potencializa as mobilizações e fortalece as campanhas por justiça ambiental. Além disso, a RBJA se articula com outras organizações e redes, sobretudo na América Latina.

Escopo de atuação: Nacional

Participação em redes:

- FBOMS
- Acción Ecológica
- Cono Sur Sustentable
- FOBOMADE (Foro Boliviano Medio Ambiente y Desarrollo)
- GAIA (Alianza Global Anti-Incineración / Alianza Global para Alternativas a la Incineración)
- Oilwatch
- Censat (Censat Agua Viva – Amigos de la Tierra Colombia/Centro Nacional Salud Ambiente y Trabajo)
- OLCA (Observatorio Latinoamericano de Conflictos Ambientales)
- Probioma (Productividad, Biosfera, Medio Ambiente)
- Red de Justicia Ambiental de Chile
- Membro da Campanha Tic Tac - GCCA-BR.

Atuação no campo das mudanças climáticas:

O Núcleo Brasil Sustentável: Alternativas à globalização da FASE, cujo trabalho foca na justiça ambiental, trabalha com a temática das mudanças climáticas e com o conceito de justiça climática defendendo os direitos dos atingidos por eventos climáticos extremos e também pelas mudanças climáticas lentas. Procura qualificar e fortalecer ações de resistência ao atual modelo de desenvolvimento dominante e ao livre comércio, envolvendo grupos de atingidos, movimentos e organizações de base nos debates sobre mudanças climáticas e energia. Em setembro de 2008, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, coordenada pela FASE organizou a oficina “Justiça Ambiental e mudanças climáticas: Fortalecendo alianças para construção de Justiça Climática”.

Nome: Fundação SOS Mata Atlântica

Fundação/início das atividades no Brasil: 1986

Missão/atuação

A Fundação SOS Mata Atlântica é uma organização não-governamental. Entidade privada, sem vínculos partidários ou religiosos e sem fins lucrativos, foi criada em 1986 e tem como missão defender os remanescentes da Mata Atlântica, valorizar a identidade física e cultural das comunidades humanas que os habitam e conservar os riquíssimos patrimônios natural, histórico e cultural dessas regiões, buscando o seu desenvolvimento sustentado.

Quanto à sua missão, a entidade afirma que: “É urgente convocar nossa comunidade para o exercício de uma cidadania ambiental, responsável e comprometida com o futuro do nosso território, o bioma Mata Atlântica, patrimônio da humanidade. Esse é um compromisso de

todos nós como reconhecimento do nosso vínculo, solidariedade, respeito e integração com a natureza. A contribuição da SOS Mata Atlântica é alertar, informar, educar, mobilizar e capacitar para o exercício da cidadania, catalisando as melhores práticas, os conhecimentos e as alianças.”

Escopo de atuação: Internacional

Participação em redes:

Membro do FBOMS, membro do Observatório do Clima, membro da Rede de ONGs da Mata Atlântica, membro da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, parceiro da Conservation International (CI). Membro da União pela Fauna da Mata Atlântica, parceiro da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas). Membro da Campanha Tic Tac - GCCA-BR.

Atuação no campo das mudanças climáticas:

A SOS Mata Atlântica trabalha o tema das mudanças climáticas sempre tendo em vista a redução do desmatamento e a proteção do ecossistema da Mata Atlântica brasileira. Está presente no debate brasileiro sobre mudanças climáticas desde a Rio-92 e desenvolve diversas ações, como a parceria com a Frente Parlamentar Ambientalista e a produção de estudos sobre o desmatamento da mata atlântica brasileira.

A Frente Parlamentar Ambientalista, uma associação suprapartidária, foi criada em fevereiro de 2007 em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica e tem por objetivo apoiar políticas públicas e ações que promovam o desenvolvimento sustentável. A Frente, que conta com o apoio de mais de 200 parlamentares, é coordenada pelo deputado Sarney Filho (PV-MA). Entre os temas discutidos pela Frente Parlamentar Ambientalista está a elaboração de políticas públicas que diminuam os impactos do aquecimento global. Em seu manifesto de criação destacam-se 17 pontos prioritários entre os compromissos dos deputados, como “lutar pela implementação da Convenção sobre Mudanças Climáticas e do Protocolo de Quioto, bem como pela assunção, por todos os países, dos compromissos neles estabelecidos e, paulatinamente, negociar normas internacionais mais efetivas do ponto de vista da proteção ambiental, com o intuito de prevenir e reverter alterações climáticas”. A Frente possui um Grupo de Trabalho sobre Clima

A SOS Mata Atlântica também desenvolve estudos de avaliação do desmatamento da mata atlântica, oferecendo à sociedade informações e dados que podem ser comparados com os oficiais.

Nome: IMAZON

Fundação/início das atividades no Brasil: 1990

Missão/atuação

O Imazon é um instituto de pesquisa cuja missão é promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla de informações e formação profissional. O Instituto foi fundado em 1990, e sua sede fica em Belém, Pará.

Em 18 anos de existência, o Imazon publicou mais de 290 trabalhos técnicos, dos quais 129 foram veiculados como artigos em revistas científicas internacionais ou como capítulos de livros. Além disso, o Instituto publicou 87 artigos técnicos, 36 livros, 11 livretos, 20 números da Série Amazônia e 11 números da série O Estado da Amazônia.

A missão da entidade é “promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla de informações e formação profissional.”

Os estudos do Imazon têm contribuído de forma efetiva para a elaboração de políticas públicas de largo alcance na Amazônia.

As principais contribuições têm sido em áreas estratégicas como ordenamento territorial (zoneamento e regularização fundiária), criação e implantação de Unidades de Conservação, aperfeiçoamento dos sistemas de comando e controle (com ênfase na monitoração com imagens de satélite), melhoria na aplicação da lei de crimes ambientais (mecanismos para garantir a punição efetiva dos infratores), instrumentos de fomento (por exemplo, crédito para as atividades de uso sustentável), recomendações para o licenciamento ambiental e normas técnicas de manejo florestal, entre outras. Em muitas ocasiões, o Imazon tem sido convidado a integrar comissões técnicas, assistir os tomadores de decisão na esfera do executivo, legislativo e judiciário ajudar na elaboração de políticas públicas e de pareceres sobre temas complexos e emergentes no debate regional.

Escopo de atuação: Regional

Participação em redes:

Membro do FBOMS. Parceiro da The Nature Conservancy e da Conservação Internacional.

Atuação no campo das mudanças climáticas:

Com foco a questão amazônica e suas implicações, o Imazon vem tomando parte no debate brasileiro sobre mudanças climáticas.

O Imazon vem produzindo estudos de avaliação do desmatamento, oferecendo à sociedade informações e dados que podem ser comparados com os oficiais.

Em outubro de 2007, nove ONGs lançaram o Pacto Nacional pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia Brasileira: Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, Greenpeace Brasil, IPAM, IMAZON, ICV, ISA, Conservation International, The Nature Conservancy (TNC) e WWF – Brasil se reuniram em torno do Pacto que tem o objetivo de

reduzir o desmatamento na Amazônia a zero até 2015, por meio de um sistema de metas anuais.

Alem disso, o Imazon desenvolve o programa Mudanças Climáticas, lançado em 2008 visando contribuir com a redução de emissões e com o sequestro de carbono na Amazônia brasileira. Seus objetivos principais são: (1) contribuir para a implementação, aumento de transparência e de eficiência na governança de iniciativas REDD na Amazônia Brasileira; (2) contribuir no monitoramento de emissões de carbono de desmatamento e degradação florestal na Amazônia brasileira e com treinamento e transferência dessa tecnologia para países com florestas tropicais; (3) estimular o desenvolvimento de mecanismos de pagamento por serviços ambientais na Amazônia Brasileira, vinculado à mitigação do aquecimento global.

Trata-se de uma parceria do Imazon com o Instituto Centro de Vida, World Resources Institute, The Nature Conservancy, Conservação Internacional. Conta com o apoio de The Nature Conservancy, Norad (Noruega) e Conservação Internacional.

Nome: GTA – Grupo de Trabalho Amazônico

Fundação/início das atividades no Brasil: 1992

Missão/atuação

O Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), fundado em 1992, reúne 602 entidades filiadas e está estruturado em nove estados da Amazônia Legal e dividido em dezoito coletivos regionais. Fazem parte da Rede GTA organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais que representam seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, ribeirinhos, comunidades indígenas, agricultores familiares, quilombolas, mulheres, jovens, rádios comunitárias, organizações de assessoria técnica, de direitos humanos e de meio ambiente.

Em 1992, quando uma conferência mundial no Rio de Janeiro reconheceu que o futuro do planeta dependeria do meio ambiente, movimentos sociais ecoaram em todos os continentes que esse futuro ambiental também estava ligado com uma outra justiça social e cultural. No Brasil, centenas de entidades populares e técnicas da Amazônia uniram-se em uma rede denominada Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) criada para promover a participação das comunidades da floresta nas políticas de desenvolvimento sustentável. A Rede GTA é formada por dezesseis coletivos regionais em nove estados brasileiros que ocupam mais da metade do tamanho do país, envolvendo agricultores, seringueiros, indígenas, quilombolas, quebradeiras de côco babaçu, pescadores, ribeirinhos e entidades ambientalistas, de assessoria técnica, de comunicação comunitária e de direitos humanos.

Com um grande número de projetos e mobilizações gerando novas políticas e atitudes ao lado de seus parceiros e outros fóruns socioambientais, a rede mostra que os maiores

guardiões da biodiversidade e do futuro estão nas comunidades das matas, nos litorais, nos rios, nas florestas e demais remanescentes naturais. E que a cooperação dos povos nativos e tradicionais é essencial para encontrar o rumo da sustentabilidade, palavra-irmã da dignidade e da cidadania que implica em mudanças também dos moradores das cidades com seu consumo, com suas escolhas, com sua cultura. Em 2003, uma carta aberta divulgada pelo Conselho Deliberativo do GTA alertava contra o modelo de “ilhas” de proteção ambiental cercadas por áreas devastadas e renovava a defesa de um modelo integrado de sustentabilidade. Essas certezas são maiores que todas as ameaças e desafios presentes sobre a Amazônia latino-americana.

Escopo de atuação: Regional

Participação em redes:

Membro do FBOMS, membro do GT Clima, do Observatório do Clima e membro da Campanha Tic Tac - GCCA-BR. Membro da Aliança dos Povos da Floresta.

Atuação no campo das mudanças climáticas:

Focado na questão amazônica, o GTA atua no campo das mudanças climáticas sempre trabalhando a questão das florestas e suas implicações.

Dentre as iniciativas importantes, nesse sentido, se encontra a Aliança dos Povos da Floresta, entidade criada em 1987 e retomada em 2007. É composta pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e realizou em abril de 2008, em Manaus, o workshop latino-americano “Mudanças Climáticas e Povos da Floresta: Avançando a Discussão em Redução de Emissões por Desmatamento e 44 Degradação Florestal e Direitos dos Povos Indígenas e Tradicionais”, com o objetivo de criar espaço para que diferentes povos da floresta (índios, seringueiros, ribeirinhos, pescadores, entre outros) na América Latina dialogassem sobre políticas de REDD e fossem inseridos no processo de negociações internacionais sobre mudanças climáticas. Nesse encontro também foi iniciada a articulação de uma Aliança Internacional dos Povos da Floresta.

Nome: COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

Fundação/início das atividades no Brasil: 1989

Missão/atuação

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB, é uma organização indígena, de direito privado, sem fins lucrativos, fundada, juridicamente, no dia 19 de abril de 1989, por iniciativa de lideranças de organizações indígenas existentes à época. A organização surgiu como resultado do processo de luta política dos povos indígenas

pelo reconhecimento e exercício de seus direitos, num cenário de transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil, pós-constituinte, favoráveis aos direitos indígenas.

A COIAB foi criada em uma reunião de líderes indígenas em abril de 1989. É a maior organização indígena do Brasil, tem 75 organizações membros dos nove Estados da Amazônia Brasileira (Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins); são associações locais, federações regionais, organizações de mulheres, professores e estudantes indígenas. Juntas, estas comunidades somam aproximadamente 430 mil pessoas, o que representa cerca de 60% da população indígena do Brasil.

A COIAB foi fundada para ser o instrumento de luta e de representação dos povos indígenas da Amazônia Legal Brasileira pelos seus direitos básicos (terra, saúde, educação, economia e interculturalidade). Representa cerca de 160 diferentes povos indígenas com características particulares, que ocupam aproximadamente 110 milhões de hectares no território amazônico.

A COIAB tem sede em Manaus e uma representação em Brasília (DF) para articulação política e para dar apoio as organizações indígenas.

A missão da entidade é “fiscalizar, defender e promover os direitos dos povos indígenas.”

Na luta pela garantia e promoção dos direitos dos povos indígenas, a COIAB tem como objetivos e fins promover a organização social, cultural, econômica e política dos povos e organizações indígenas da Amazônia Brasileira, contribuindo para o seu fortalecimento e autonomia. Também formula estratégias, busca parcerias e cooperação técnica, financeira e política com organizações indígenas, não indígenas e organismos de cooperação nacional e internacional para garantir a continuidade da luta e resistência dos povos indígenas

Escopo de atuação: Nacional

Participação em redes:

A COIAB mantém alianças estratégicas com outros setores da sociedade. Uma das primeiras alianças do movimento indígena foi a Aliança dos Povos da Floresta, que é composta pela COIAB, GTA – Grupo de Trabalho Amazônico e CNS – Confederação Nacional dos Seringueiros. Esta aliança foi formada quando Chico Mendes ainda era vivo, em um momento vital para assegurar a garantia dos direitos básicos dos povos da floresta na Constituição aprovada em 1988.

Membro do Observatório do Clima.

Parceiros: The Nature Conservancy, Amigos da Terra – Suécia, Banco Mundial, CAFOD – Cooperação Católica Britânica, GTZ – Cooperação Técnica Alemã, DED – Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social, Fundação Ford, ICCO, IEB – Instituto Internacional de Educação Brasileira, Cáritas, Misereor, NORAD – Programa Norueguês para Povos Indígenas, OXFAM, USAID.

A COIAB mantém alianças estratégicas com outros setores da sociedade. Uma das primeiras alianças do movimento indígena foi a Aliança dos Povos da Floresta, que é composta pela COIAB, GTA – Grupo de Trabalho Amazônico e CNS – Confederação Nacional dos Seringueiros. Esta aliança foi formada quando Chico Mendes ainda era vivo, em um momento vital para assegurar a garantia dos direitos básicos dos povos da floresta na Constituição aprovada em 1988.

Atuação no campo das mudanças climáticas:

A COIAB toma parte no debate brasileiro sobre mudanças climáticas sempre focada na questão dos povos da floresta e dos povos indígenas enquanto população atingida pelas mudanças no clima. Integra a Aliança dos Povos da Floresta, entidade criada em 1987 e retomada em 2007. É composta pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e realizou em abril de 2008, em Manaus, o workshop latino-americano “Mudanças Climáticas e Povos da Floresta: Avançando a Discussão em Redução de Emissões por Desmatamento e 44 Degradação Florestal e Direitos dos Povos Indígenas e Tradicionais” , com o objetivo de criar espaço para que diferentes povos da floresta (índios, seringueiros, ribeirinhos, pescadores, entre outros) na América Latina dialogassem sobre políticas de REDD e fossem inseridos no processo de negociações internacionais sobre mudanças climáticas. Nesse encontro também foi iniciada a articulação de uma Aliança Internacional dos Povos da Floresta.

Nome: CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas

Fundação/início das atividades no Brasil: 1985

Missão/atuação

O Conselho Nacional das Populações Extrativistas (o antigo Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS) é uma organização de âmbito nacional que representa trabalhadores agroextrativistas organizados em associações, cooperativas e sindicatos. Seu conselho Deliberativo é formado por 27 lideranças de diferentes segmentos agroextrativistas de todos os estados da Amazônia.

São seringueiros, coletores de castanha, açaí, cupuaçu, quebradeiras de coco babaçu, balateiros, piaçabeiros, integrantes de projetos agroflorestais, extratores de óleo e plantas medicinais.

O CNS nasceu em outubro de 1985, durante o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado na Universidade de Brasília. Resultou do incansável trabalho de Chico Mendes à

frente dos empates às derrubadas no Acre e da soma de iniciativas e esforços em defesa da floresta e da reforma agrária que estavam ocorrendo em diferentes cantos da Amazônia. Cresceu e passou a articular e representar todos os trabalhadores agroextrativistas, reivindicando seu direitos como legítimos defensores da floresta, pois conhecem seu valor e significado.

Participação em redes:

XXXXX

Atuação no campo das mudanças climáticas:

XXXXXXXXX

Nome: Observatório do Clima

Fundação/início das atividades no Brasil: 2002

Missão/atuação

O Observatório do Clima é uma rede brasileira de articulação sobre o tema das mudanças climáticas globais estabelecida em 23 de março de 2002. Atualmente, a coordenação está a cargo de André Ferretti, da Fundação O Boticário.

Além de discussões com especialistas sobre as mudanças climáticas, o Observatório promove a articulação de entidades da sociedade civil para pressionar o governo por ações contundentes pela mitigação e adaptação do Brasil em relação à mudança do clima.

O Observatório do Clima busca os seguintes objetivos:

- * acompanhar e influenciar as negociações internacionais e as posições do governo brasileiro sobre mudanças climáticas;

- * promover a interlocução desta rede com a sociedade brasileira; o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas – FBMC; todas as mídias; as autoridades governamentais, em todas as suas esferas e instâncias, entre outros atores sociais.

- * propor e acompanhar a definição de políticas públicas e normas no país visando estabelecer o equilíbrio da concentração de gases de efeito estufa no Planeta, de forma a eliminar a ameaça das mudanças climáticas à humanidade e aos ecossistemas;

- * promover debates e amplas consultas públicas para auxiliar na definição de critérios e indicadores de sustentabilidade social, ambiental, étnica, cultural, econômica e de transferência e capacitação tecnológica, que se apliquem aos projetos que pretendam

usufruir de mecanismos financeiros de flexibilização de compromissos de redução da emissão de gases de efeito estufa;

- * acompanhar a implementação e verificação desses projetos;

- * apoiar ou promover iniciativas de capacitação, treinamento, educação e disseminação de informação nos temas afetos às mudanças climáticas, para sensibilização e mobilização da sociedade em geral;

- * promover o intercâmbio de experiências e informações e contribuir para o debate qualificado sobre os temas climáticos internamente no Brasil, nos níveis municipal, regional e nacional, e na esfera internacional;

- * participar de forma qualificada de fóruns, instâncias e redes nacionais e internacionais de discussão, consulta e participação sobre mudanças climáticas.

Estrutura: O site do OC foi produzido e é mantido pelas equipes de comunicação e tecnologia da informação do Centro de Estudos e Sustentabilidade da Fundação Getúlio Varga (GVces).

Escopo de atuação: Nacional

Participação em redes:

O Observatório promove a articulação de entidades da sociedade civil para pressionar o governo por ações contundentes pela mitigação e adaptação do Brasil em relação à mudança do clima. Exemplo disso é o processo de consulta pública que o OC vem desenvolvendo durante o ano de 2008 para gerar contribuições a uma Política Nacional sobre Mudanças Climáticas. A partir de um documento preliminar, o Observatório lançou uma consulta em meio eletrônico e reuniões presenciais em diferentes capitais do país para receber sugestões de especialistas e do público em geral.

Outra ação importante foi o Manifesto por outro Plano Nacional de Mudanças Climáticas, visto que a proposta apresentada pelo governo em setembro de 2008 foi considerada muito aquém do que o país necessita para responder a esse desafio ambiental de forma contundente e marcar uma posição relevante no contexto internacional. O documento foi encaminhado ao Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, em 29 de outubro, com grande repercussão na imprensa.

É membro da Campanha Tic Tac – GCCA-BR.

Atuação no campo das mudanças climáticas:

O Observatório do Clima é uma aliança de ONGs criada, em 2002, para tratar, principalmente, das oportunidades e desafios que envolvem a questão do MDL e das florestas. Nos anos seguintes, passou a tratar de temas de política nacional e internacional e apoiou iniciativas do GT Clima, apresentando cartas e relatórios de posição para o governo federal. Após três anos parado, o Observatório do Clima, que conta atualmente com

aproximadamente 30 organizações participantes, retomou seus trabalhos e iniciou um processo de consulta pública para subsidiar o processo legislativo de formulação da Política Nacional de Mudanças Climáticas.

Nome: Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

Fundação/início das atividades no Brasil: 2000

Missão/atuação

O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, criado pelo Decreto nº 3.515, de 20 de junho de 2000, tem por objetivo conscientizar e mobilizar a sociedade para a discussão e tomada de posição sobre os problemas decorrentes da mudança do clima por gases de efeito estufa, bem como sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) definido no Artigo 12 do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, ratificada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 1, de 3 de fevereiro de 1994.

O FBMC se propõe os seguintes desafios:

- # Ampliar e difundir o debate concernente às mudanças climáticas nas diversas regiões do país.
- # Atuar como ferramenta de auxílio à superação das barreiras para a adoção do MDL.
- # Aprofundar o debate sobre as questões relacionadas ao Desenvolvimento Regional
- # Atuar como catalisador das discussões concernentes às definições de estratégias nacionais de desenvolvimento.
- # Ampliar as relações do Fórum com a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima Ajudar o governo na divulgação do problema de mudanças climáticas e MDL.
- # Criar um banco de dados e informações sobre a questão das mudanças climáticas
- # Criar laços com a comunidade acadêmica e com a área empresarial
- # Divulgar a problemática nas escolas de primeiro e segundo grau
- # Qualificar jornalistas através de cursos sobre o tema
- # Promover junto ao empresariado a adoção da prática da demonstração de seus Inventários de Emissões
- # Publicar um guia de como o setor produtivo pode apresentar seus Inventários de Emissões
- # Promover um seminário com o objetivo de estruturar uma política de mudança climática a ser conjuntamente debatida com o legislativo

Estrutura: É composto por 12 ministros de Estado, do diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) e de personalidades e representantes da sociedade civil, com notório conhecimento da matéria, ou que sejam agentes com responsabilidade sobre a mudança do clima. O Fórum é presidido pelo Presidente da República.

O FBMC é composto por Grupos de Trabalhos: o GT Energia, GT Estado da Arte, GT Vulnerabilidade, GT Desmatamento e GT MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo).

Escopo de atuação: Nacional

Participação em redes:

O FBMC foi criado para auxiliar o governo na incorporação das questões sobre mudanças climáticas nas diversas etapas das políticas públicas.

Atuação no campo das mudanças climáticas:

O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC) foi criado em 2000 visando conscientizar e mobilizar a sociedade para a discussão e tomada de posição sobre os problemas decorrentes das mudanças climáticas.

Dentre as iniciativas recentes mais relevantes encontram-se a proposta de plano nacional de combate às mudanças climáticas. Este plano está estruturado em três eixos: o primeiro trata das ações coordenadas de governo com questões práticas para redução das emissões brasileiras e medidas de adaptação, contendo metas de redução da taxa de desmatamento e queimadas; o segundo define a criação de uma rede de pesquisa de ciência do clima e o terceiro prevê a formação de um instituto do clima que elabore estudos e instrumentos para que a questão seja incorporada nas tomadas de decisão.

Em julho de 2008, o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas recebeu o mandato para promover diálogos setoriais com a CNI, setor elétrico, setor financeiro, empresas relacionadas ao setor de carbono, movimento municipalista brasileiro, organizações não-governamentais e movimentos sociais, setor de agricultura, floresta e mudança do uso do solo como parte do processo de consulta pública para colher contribuições para o Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas e o MMA marcou encontros com as pastas da Agricultura, Minas e Energia, Cidades, Transportes e Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com governos estaduais, além de reuniões regionais e setoriais.

Um dos objetivos do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas é estimular a criação de fóruns estaduais, para exercer a mesma função do FBMC no âmbito estadual, ou seja, servir de ponte entre o governo estadual e a sociedade civil. Esses fóruns, geralmente, mantêm uma relação estreita com as respectivas secretarias de meio ambiente estaduais, desempenham trabalho de educação ambiental e disseminação de informação, promovem seminários relacionados ao tema e estão empenhados na elaboração de políticas e planos sobre mudança do clima.

COMPLEMENTO COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES

- Participantes do GT Clima e da Campanha TicTac que já não estejam listadas aqui;

CAP.3 – PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA COP-15

Completar com relatos pós-COP15

CAP.4 – COMENTÁRIOS FINAIS

DESAFIOS PARA A SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA NA MOBILIZAÇÃO EM TORNO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

“O tema das mudanças climáticas entrou definitivamente na agenda dos diferentes atores sociais no Brasil. Cientistas, empresários, ONGs e sociedade civil, mídia, governo e congressistas consideram “alta” a relevância do tema”⁴

(Pesquisa: o que as lideranças brasileiras pensam sobre mudanças climáticas e o engajamento do Brasil. ISER, 2008)

Mas será que é suficiente considerar o tema “relevante”. Esta maior tomada de consciência sobre a questão das mudanças climáticas está levando a uma maior mobilização da sociedade brasileira em direção à reflexão e à ação? O que está faltando?

A pesquisa citada anteriormente, feita pelo ISER no início de 2008, portanto após a grande divulgação do quarto relatório de avaliação do IPCC (2007) e do documentário “Uma Verdade Inconveniente” protagonizado pelo ex-vice presidente norte-americano Al Gore (2006), buscou analisar a opinião de diversos setores da sociedade brasileira sobre o tema das mudanças climáticas e identificou que todos defendem que as mudanças climáticas representam uma das questões mais importantes e estratégicas do nosso tempo. Os representantes entrevistados - 210 pessoas consideradas líderes em seus respectivos segmentos - demonstraram ainda interesse em “assumir seu papel” diante da questão das mudanças climáticas.

Para os entrevistados, as mudanças climáticas são um fato científico incontestável e elas afetarão todos os segmentos da sociedade, especialmente a população pobre. Embora considerem que tenham pouco conhecimento sobre o assunto, as principais lideranças apresentam os dados do último relatório de avaliação do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) como o divisor de águas na formação de uma opinião consistente sobre o assunto.

⁴ Acesso ao relatório completo em: http://www.iser.org.br/exibe_noticias.php?mat_id=136

Segundo os entrevistados, os impactos sociais das mudanças climáticas deverão levar a uma reformulação nas políticas públicas com enfoque na redução das desigualdades e conservação de recursos hídricos.

Ainda que nos últimos dois anos estejamos assistindo a uma enxurrada de matérias na imprensa, publicação de estudos e pesquisas sobre o tema das mudanças climáticas. Ainda que de fato muitos setores da sociedade já reconheçam o tema como relevante, quais são as forças e os desafios atuais que se colocam para a sociedade civil brasileira na mobilização e, torno das mudanças climáticas?

Um ponto central que apareceu em todas as entrevistas e informações levantadas ao longo deste estudo é ausência de informações de qualidade, objetiva se didáticas para a população em geral, sobre o tema das mudanças climáticas e o papel do Brasil, governo e sociedade em geral, no enfrentamento desta questão.

Como vimos ao longo deste estudo a sociedade civil brasileira é muito atuante neste campo desde a década de 90. Muitas organizações brasileiras, ou representações brasileiras de organizações internacionais, são referência na pesquisa, reflexão e militância no campo das mudanças climáticas. No entanto, “são sempre os mesmos falando com os mesmos”, como destaca um dos entrevistados desta pesquisa. É preciso que diferentes grupos organizados e movimentos sociais (estudantes, universidades, grupos de base, etc) também possam se apropriar desse debate e se unir aos esforços de mobilização em torno do tema, sem terem que ser especialistas no tema, ou conhecedores das questões técnicas por trás dele.

É importante que não só organizações com uma forte agenda ambiental passem a ser protagonistas nesta discussão. As questões sociais, culturais e econômicas por são transversais ao debate sobre as mudanças climáticas e é importante que entidades e grupos que trabalhem com estas outras “agendas” também sejam ativos no debate e na militância daqui em diante em torno da questão das mudanças climáticas.

Entidades empresariais e sindicatos já têm participado deste debate há alguns anos no Brasil, mas é importante marcar com força, por exemplo, o debate sobre produção e consumo sustentável na agenda sobre mudanças climáticas. Qual é o papel das empresas? Como os trabalhadores e sindicatos têm feito esta discussão? O que está em jogo no Brasil quando discutimos produção e consumo mais limpos?

Completar com discussões feitas com membros da Plataforma e com as entrevistas e dados que serão coletados durante a COP-15.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada em duas fases.

Fase I: Levantamento de dados secundários (internet, relatórios e publicações) sobre a atuação de organizações da sociedade civil brasileira no tema das mudanças climáticas, com o objetivo geral de identificar os principais atores da sociedade civil brasileira que têm trabalhado no campo das mudanças climáticas e suas redes de cooperação tanto no Brasil, como internacionais.

Para alcançar tal objetivo a Fase I compreendeu as seguintes atividades: a) levantamento geral de organizações e movimentos que têm trabalhado com a temática das mudanças climáticas, a partir das questões norteadoras apresentadas no Termo de Referência desenvolvido pela coordenação geral da Plataforma Global dos Cidadãos; e b) a partir do levantamento anterior, seleção de organizações para uma busca mais detalhada sobre sua atuação no cenário nacional e internacional.

Fase II: Entrevistas em profundidade e pesquisa de campo durante a realização da COP-15 em Copenhague.

A partir das organizações identificadas na etapa anterior, foram realizadas aproximadamente 15 entrevistas em profundidade que nos permitissem enriquecer a reflexão sobre alguns aspectos importantes referentes à atuação das organizações da sociedade civil brasileira no campo das mudanças climáticas.

Na etapa final da pesquisa, as informações levantadas nas Fases I e II serão complementadas com entrevistas e uma pesquisa de campo que será feita durante as reuniões oficiais e paralelas realizadas na COP-15, em Copenhague.

BIBLIOGRAFIA E FONTES CONSULTADAS

GLOBAL CANOPY PROGRAM. *O Pequeno Livro do REDD: um guia de propostas governamentais e não-governamentais para a redução de emissões por desmatamento e degradação*. 2ª Ed., Traduzido para o português pela The Nature Conservancy Brasil, Global Canopy Foundation, Oxford, 2009.

Disponível em: <http://www.oeco.com.br/multimedia/114-biblioteca/22935-o-pequeno-livro-do-redd>. Último acesso em 21/11/2009.

GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo, Edições Loyola, 1995.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. *Pesquisa: o que as lideranças brasileiras pensam sobre mudanças climáticas e o engajamento do Brasil*. Relatório de divulgação, Rio de Janeiro, 2008.

Disponível em: http://www.iser.org.br/exibe_noticias.php?mat_id=136. Último acesso em 16/11/2009.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. *Contribuições da Sociedade Civil para a Construção da Política Nacional de Mudanças Climáticas*. Novembro de 2008.

_____. Diretrizes para a Formulação de Políticas Públicas em Mudanças Climáticas no Brasil. Disponível em: <http://www.slideshare.net/gvcessp/mudanas-climticas-no-brasil>. Último acesso em: 21/11/2009.

VIANA, Virgílio. “Financiando REDD: mesclando o mercado com fundos do governo”. Fundação Amazonas Sustentável.

VITAE CIVILLIS. *Mudanças Climáticas e o Brasil: contribuições e diretrizes para incorporar questões de mudanças de clima em políticas públicas*. Brasília & São Lourenço da Serra, 2007.

_____. Panorama de Atores e Iniciativas no Brasil sobre Mudanças do Clima Disponível em: http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/doc_panorama.pdf. Último acesso em 16/10/2009.

Páginas na internet consultadas:

Greenpeace Brasil <http://www.greenpeace.org/brasil/>

WWF Brasil <http://www.wwf.org.br>

Amigos da Terra Brasil <http://www.natbrasil.org.br/>

ISA – Instituto Socioambiental <http://www.socioambiental.org>

CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
<http://www.cebds.org.br/cebds/>

Vitae Civilis - Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz
<http://www.vitaecivilis.org.br/>

FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente <http://www.fboms.org.br/>

Coalizão Rios Vivos <http://www.riosvivos.org.br/>

Fundação Onda Azul <http://www.ondazul.org.br/>

FASE <http://www.fase.org.br/v2/>

Fundação SOS Mata Atlântica <http://www.sosmatatlantica.org.br>

IMAZON <http://www.imazon.org.br/novo2008/>

IVC – Instituto Centro Vida <http://www.icv.org.br/>

Instituto ECOAR para a Cidadania <http://www.ecoar.org.br/website/>

IDEC <http://www.idec.org.br/>

Grupo de Trabalho Amazônico – GTA <http://www.gta.org.br/>

Instituto de Estudos Ambientais - Mater Natura <http://www.maternatura.org.br/>

Instituto de Pesquisa Ambiental – IPAM <http://www.ipam.org.br>

Instituto Ipanema <http://www.institutoipanema.net/>

Sócios da Natureza/SC <http://sociosdanatureza.blogspot.com/>

RMA – Rede Mata Atlântica
<http://www.rma.org.br/v3/action/template/display.php?style=index>

Rede Brasileira de Justiça Ambiental <http://www.justicaambiental.org.br/> [justicaambiental/](http://justicaambiental.org.br/)

Observatório do Clima <http://www.oc.org.br/>

Rede das Águas http://www.rededasaguas.org.br/forum/forum_01_1.asp

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens <http://www.mabnacional.org.br/>

Aliança Povos da Floresta <http://www.povosdasflorestas.org.br/>

Campanha Tic Tac – GCCA-BR <http://www.tictactac.org.br/>

Fórum Latino-americano de REDD <http://www.forumredd.org>